



RELATÓRIO E CONTAS

Exercício de 2014

Fevereiro de 2015

ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS.....	5
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	7
I. A DINÂMICA DOS MERCADOS	11
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	11
2. ENQUADRAMENTO DO MERCADO SEGURADOR NACIONAL.....	13
II. FACTOS RELEVANTES EM 2014	14
III. A ATIVIDADE DA LUSITANIA.....	17
1. SÍNTESE DA ATIVIDADE	17
2. PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO.....	18
3. CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRETO	18
4. CUSTOS DE EXPLORAÇÃO DE SEGURO DIRETO	20
5. RESSEGURO CEDIDO	20
6. CUSTOS POR NATUREZA A IMPUTAR	21
7. ATIVIDADE FINANCEIRA.....	21
8. PROVISÕES TÉCNICAS.....	22
9. GARANTIAS FINANCEIRAS	23
a) Representação das provisões técnicas.....	23
b) Margem de solvência.....	23
10. RESULTADO LÍQUIDO E CAPITAIS PRÓPRIOS	23
11. RECURSOS HUMANOS	24
12. SISTEMAS DE GESTÃO DE RISCOS E DE CONTROLO INTERNO.....	25
IV. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	26
V. PERSPETIVAS PARA 2015	26
a) A atividade económica.....	26
b) O enquadramento do mercado segurador	26
c) A estratégia para o triénio 2014-2016.....	27
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	29
NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	37
CERTIFICAÇÕES	117

ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente	Vitor José Melícias Lopes
Secretários	José Joaquim Fragoso António Ferreira Carvalho

Conselho de Administração

Presidente	Eduardo José da Silva Farinha
Vice-Presidente	Fernando Dias Nogueira
Vogais	Virgílio Manuel Boavista Lima Artur Luís Martins Pedro Miguel Moura Líbano Monteiro

Comissão Executiva

Presidente	Fernando Dias Nogueira
Vogais	Virgílio Manuel Boavista Lima Artur Luís Martins Pedro Miguel Moura Líbano Monteiro

Conselho Fiscal

Presidente	Manuel da Costa Braz
Vice-Presidente	José Augusto Perestrello Alarcão Troni
Efetivo	Gabriel Fernando Martins de Mesquita Gabriel
Suplente	Paula Alexandra Flores Noia da Silveira

Revisor Oficial de Contas

KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA	Representada por Ana Cristina Soares Valente Dourado
Suplente	Sílvia Cristina de Sá Velho Correia da Silva Gomes

Comissão de Vencimentos

Vitor José Melícias Lopes
Norberto da Cunha Junqueiro F. Félix Pilar

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Lusitania, Companhia de Seguros, SA, nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, apresenta o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2014.

I. A DINÂMICA DOS MERCADOS

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A economia mundial, em 2014, registou um ritmo de crescimento semelhante ao do ano anterior, de acordo com as estimativas de janeiro do Fundo Monetário Internacional (FMI), situando-se ao nível dos 3,3%. Segundo o FMI, as economias desenvolvidas apresentaram uma aceleração do desenvolvimento, apesar de se manterem em níveis relativamente baixos (1,8%, em 2014, face a 1,3%, em 2013), enquanto as economias dos países em desenvolvimento e emergentes registaram uma desaceleração do crescimento (4,4%, em 2014, face a 4,7%, em 2013).

Apesar do crescimento nos países desenvolvidos, a evolução entre as economias foi muito diferenciada. Nos EUA e no Reino Unido, ao longo de 2014, assistiu-se a uma maior intensidade do crescimento, que foi sustentado, fundamentalmente, pela procura interna.

A economia norte-americana cresceu 2,4%, em 2014. A expansão ficou acima da registada em 2013, de 2,2%. Este foi o quinto ano seguido de alta do Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA, após dois anos de forte recessão (2008 e 2009), provocados pela crise financeira internacional e consolida ainda mais a recuperação da maior economia do mundo, com os mais elevados ritmos de crescimento da última década.

Na área Euro, de acordo com as estimativas de Inverno da Comissão Europeia, embora a economia tenha voltado a crescer após dois anos de contração, o ritmo de atividade permaneceu modesto, tendo registado um crescimento de 0,8%, em 2014, enquanto o crescimento da União Europeia se situou nos 1,3%.

Como consequência do baixo crescimento económico, dos elevados níveis de desemprego e da diminuição dos preços das matérias-primas, a inflação registou valores muito baixos em grande parte das economias desenvolvidas, tendo esta situação sido registada, igualmente, em várias economias emergentes. Em particular na zona Euro, o risco de deflação obrigou à definição, pela Comissão Europeia, de um Plano de ajuda ao Investimento, e levou, recentemente, o Banco Central Europeu (BCE) a decidir um conjunto de medidas não convencionais para proporcionar crédito a empresas não financeiras e famílias, bem como para a compra de títulos de dívida em mercado secundário (medidas de *Quantitative Easing*), de forma a estimular a economia.

Em 2014, as taxas de rendibilidade da dívida pública, de forma sustentada, registaram uma redução ao longo do ano, tendo atingido valores mínimos desde a criação da zona Euro. Esta situação foi também registada em Portugal, apesar de alguma incerteza quanto ao desenvolvimento da crise na Grécia. Para este comportamento foi determinante a atuação do BCE.

A maioria dos investidores acredita, de algum forma, que as perspetivas para a economia mundial estão a melhorar, sendo que a recuperação dos países desenvolvidos é o principal motivo para este sentimento mais positivo dos investidores, que veem no mercado acionista uma opção muito interessante.

A economia portuguesa, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, registou, em 2014, um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 0,9% em volume, após ter diminuído 1,4% no ano anterior. Esta evolução resultou da procura interna, que passou de um contributo para a variação do PIB de -2,4 pontos percentuais (p.p.), em 2013, para 2,0 p.p., refletindo uma recuperação do consumo privado e, em menor grau, do investimento. O contributo da procura externa líquida foi negativo, situando-se em -1,1 p.p. (contributo de 1,0 p.p., em 2013), refletindo um crescimento mais intenso das importações de bens e serviços relativamente ao observado nas exportações.

Em termos de média anual, a taxa de desemprego fixou-se em 13,9%, em 2014, o que representa uma diminuição de 2,3 pontos percentuais em relação a 2013. A população desempregada foi de 726 mil pessoas, tendo diminuído 15,1% em relação ao ano anterior (menos 129,2 mil pessoas). A população empregada, estimada em 4 449,5 mil pessoas, registou um acréscimo anual de 1,6% (mais 70,1 mil pessoas). A taxa de emprego situou-se em 50,7%, tendo aumentado 1,0 p.p. em relação a 2013.

A dívida pública alcançou os 224.477 milhões de euros em dezembro de 2014, uma descida face aos 225.904 milhões de euros verificados em novembro, mas um aumento face ao final de 2013, quando atingiu os 219.225 milhões de euros. A dívida das administrações públicas, na ótica de Maastricht, fixou-se em 128,7% do PIB, em 2014, acima do verificado em 2013 e da meta fixada pelo Governo.

O ano de 2014 foi o primeiro ano de crescimento económico desde 2011, tendo, em maio, sido concluído com sucesso o Programa de Assistência Económica e Financeira sem que

tenha sido considerada necessária a implementação de medidas de natureza cautelar. Pese embora estas circunstâncias, devido a desequilíbrios económicos excessivos, a Comissão Europeia colocou Portugal sob monitorização específica. Em particular, as razões apontadas baseiam-se no elevado nível de dívida pública e ainda na taxa de desemprego, que se mantém em valores muito altos.

Os principais índices acionistas registaram valorizações, em 2014, de forma generalizada, embora com ganhos inferiores aos de 2013. Os mercados acionistas da zona euro e o norte-americano, medidos pelo índice MSCI, obtiveram ganhos de 2,3% e 11,3%, respetivamente. Em Portugal, o índice PSI-20 desvalorizou 26,8%, o que constituiu um dos piores resultados a nível mundial.

2. ENQUADRAMENTO DO MERCADO SEGURADOR NACIONAL

No ano de 2014, de acordo com os dados da Associação Portuguesa de Seguradores, o setor segurador português voltou a crescer, embora a um ritmo menor do que o registado no ano anterior (20,1%, em 2013, para 9,1%, em 2014). O volume de prémios de seguro direto ascendeu a 14,3 mil milhões de euros.

Este crescimento justifica-se, na sua maioria, pela expansão dos produtos de poupança do ramo Vida, que alcançou um montante de prémios de 10,4 mil milhões de euros, registando uma variação de 12,9%, face a 2013.

No que respeita ao mercado Não Vida, o ano de 2014 caracterizou-se por um ligeiro decréscimo do volume de prémios, face a 2013 (-0,2%). O montante dos prémios de seguro direto situou-se nos 3,852 mil milhões de euros, o que refletiu a inversão da tendência de redução de mercado que tem vindo a ser registada nos últimos anos. Destaca-se, no comportamento dos ramos, a evolução dos ramos Acidentes e Doença e Responsabilidade Civil, em que se verificou um crescimento do montante dos prémios.

No quadro a seguir, sintetiza-se a evolução dos prémios de seguro direto, por grandes agregados:

	(milhões de euros)				
Produção Vida/Não Vida	2014 (P)	2013	2012	Δ 14/13	Δ 13/12
Total Vida	10.439	9.247	6.923	12,9%	33,6%
Seguros de Vida	8.401	7.314	4.819	14,9%	51,8%
Seguros Ligados a Fundos de Investimento	2.031	1.928	1.954	5,3%	-1,3%
Operações de Capitalização	7	5	150	59,7%	-96,7%
Total Não Vida	3.852	3.858	3.986	-0,2%	-3,2%
Acidentes e Doença	1.259	1.232	1.262	2,2%	-2,3%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	516	511	556	0,9%	-8,1%
<i>Acidentes Pessoais</i>	153	149	152	2,6%	-1,6%
<i>Doença</i>	589	570	553	3,3%	3,2%
Incêndio e Outros Danos	751	760	767	-1,2%	-0,9%
Automóvel	1.449	1.478	1.569	-2,0%	-5,8%
Transportes	58	64	65	-8,8%	-2,1%
Responsabilidade Civil Geral	108	106	114	1,6%	-6,7%
Diversos	227	217	209	4,5%	3,9%
TOTAL	14.291	13.105	10.909	9,1%	20,1%

Fonte: Produção de seguro direto. 2014. APS

II. FACTOS RELEVANTES EM 2014

No exercício de 2014, a Lusitania continuou a sua aposta na captação de novos parceiros de negócio e na reativação e dinamização da rede existente, através de diversas ações, que se desenvolveram em todas as direções comerciais. Procedeu-se à redinamização das vendas em zonas onde a Lusitania ainda apresentava uma quota de mercado inferior à sua quota nacional, tendo sido reforçadas as autonomias delegadas na rede de distribuição, ao nível da aceitação de risco. Foi desenvolvido um programa de formação em novos produtos e coberturas de risco, com o objetivo de aumentar as competências e conhecimentos da rede de distribuição.

A “Linha do Mediador” foi aberta a um número mais abrangente de parceiros de negócio e o ano de 2014 ficou, ainda, marcado pela disponibilização de um novo Portal para mediadores: a Plataforma de Negócios.

Intuitiva e muito dinâmica, esta nova ferramenta recolheu o agrado geral da rede de mediação, tendo cumprido os objetivos a que se propôs: facilidade de utilização, disponibilização imediata da informação mais relevante e replicação de acessos à

informação em vários pontos, permitindo a qualquer utilizador um rápido acesso à informação que necessita, no momento em que necessita. Permitiu, igualmente, reposicionar a Lusitania como uma Companhia de referência, inovadora e focada na procura de soluções diferenciadoras. O inquérito de satisfação a esta nova Plataforma, junto dos Mediadores, confirmou o seu sucesso, sendo que 80% dos mediadores posiciona a Plataforma de Negócios da Lusitania como uma das 3 melhores do mercado ou mesmo como a melhor.

A Lusitania apostou num novo posicionamento de vários produtos, como foi o caso de Acidentes de Trabalho – Trabalhador Independente, Responsabilidade Civil Profissional, Motas e Bicicletas e nova cobertura de Acidentes Pessoais Ocupantes – Condutor Proteção Extra+.

Consolidou-se a aposta no canal bancário, com o reforço da equipa de consultores de seguros e a intensificação da presença junto da rede comercial da Caixa Económica Montepio Geral (CEMG). Verificou-se, igualmente, uma maior intensidade na formação contínua das equipas comerciais do Montepio, com destaque para a venda complexa, em linha com as prioridades assumidas pela CEMG, nomeadamente na aposta junto dos segmentos “Negócios” e “PME’s”.

No final de 2014, a Lusitania apresentou uma carteira com mais de 475 mil clientes, na qual 9,2% são clientes empresariais e 91,8% são clientes particulares. O crescimento líquido do número de clientes, face a 2013, situou-se em 3,6%, tendo o segmento empresarial registado um crescimento de 9,8%, enquanto nos clientes particulares se verificou uma variação de 3%.

A aposta na qualidade de serviço aos clientes foi reforçada e os indicadores de satisfação foram muito positivos. Num inquérito à satisfação sobre os processos de regularização de sinistros automóvel, 92% dos entrevistados dão nota positiva e 47% dos inquiridos classifica o seu grau de satisfação de serviço prestado como “Completamente satisfeito”.

O desenvolvimento do Projeto Agentes Loja, iniciado em 2013, aumentou a representatividade nacional da Lusitania, com o reforço da política comercial de proximidade. A execução desta política permitiu a construção de parcerias em zonas geográficas chave, com mediadores que partilham os mesmos valores e princípios da Lusitania. O Projeto Agentes Loja, sendo estratégico para a Companhia, não esgota,

contudo, nem representa a totalidade da rede de medição com a qual a Lusitania quer estabelecer relações sustentadas e duradouras.

A Lusitania definiu como prioridade estratégica centrar o investimento na qualidade e no alargamento da rede de mediação, identificando novos parceiros de negócio, através de uma aposta na formação de novos mediadores e na captação de mediadores de referência a operar no mercado.

No decorrer de 2014 e no alinhamento dos objetivos estratégicos para o triénio 2014-2016, foi desenvolvido o plano estratégico de recursos humanos, cujo modelo integrou a análise e qualificação de funções, a definição e implementação da gestão de carreiras e a reorganização da estrutura orgânica dos serviços centrais. Com a implementação do plano estratégico de recursos humanos, pretende-se alcançar elevados níveis de qualidade ao nível da prestação de serviços, um aumento da eficiência e uma melhoria da relação proveito/custo.

Continuando a privilegiar a inovação, a Companhia prosseguiu mais um ano de implementação de projetos de grande importância e inovação, como foi o caso do *Business Intelligence*, da Plataforma de Negócios e da aplicação denominada “Agilidade Comercial”. Tratam-se de plataformas reconhecidas como inovadoras e facilitadoras de negócio, indo ao encontro das exigências do dia-a-dia e das necessidades da organização e dos nossos mediadores. O ano de 2014 foi, também, um ano de reconhecimento público, pelo trabalho realizado pelas diversas equipas responsáveis pelas implementações de projetos de organização e tecnologias de informação, com a atribuição dos prémios de IDC *Awards* 2014 e de CIO do ano 2014.

Neste exercício iniciou-se o desenvolvimento de uma estratégia de comunicação e imagem integradas, visando divulgar a marca Lusitania junto dos públicos alvo: clientes finais, mediadores e público em geral. Para esta visão global contribuiu uma mensagem institucional forte e projetos estruturantes e consistentes. Este racional estratégico foi elaborado em função do plano da Companhia para o triénio 2014-2016.

No que se refere ao Projeto Agentes Loja, a abertura de cerca de 100 lojas foi alinhada de acordo com os requisitos de identidade corporativa da Companhia, ao nível da imagem exterior e da sinalética. Como ato simbólico, mas de elevada visibilidade junto do poder local, clientes e media, foi assinalada a abertura de cada Loja com uma inauguração,

representativa do início de cada Parceria. Este projeto tem vindo a dar uma visibilidade importante à marca Lusitania, colocando-a, de forma incontornável, de norte a sul do País.

Ao nível da Comunicação e notoriedade da marca, o ano 2014 foi um ano de reafirmação, sendo visível o resultado do desenvolvimento sistematizado de uma política de assessoria de imprensa e de estratégia de comunicação. A revista Lusitania Consigo foi renovada, tanto editorial, como graficamente, indo ao encontro do seu público-alvo, mas sempre em função dos valores da marca.

Foram lançadas duas campanhas de publicidade, onde foi contemplado o meio digital pela primeira vez, reforçando a marca junto do cliente final, trabalhando para aportar universalidade à mesma.

Foi definida e aprovada uma Política de Patrocínios coerente com os valores da marca e com a sua estratégia comercial, cujos pilares assentam na cultura, no *cluster* do mar, conjugando o tema da Portugalidade com a inovação. Destacam-se, em 2014, os eventos *Global Management Challenge*, Portugal de Lés a Lés, Exposição dos 500 anos da Torre de Belém e o programa de rádio Encontros com o Património.

No âmbito dos princípios que norteiam a Responsabilidade Social, a Lusitania voltou a participar no Prémio Voluntariado Jovem, Frota Solidária e na Corrida Montepio, ao mesmo tempo que consolidou relações com projetos como Os Verдинhos, a Aporvela ou o Projeto Cuidar Melhor.

III. A ATIVIDADE DA LUSITANIA

1. SÍNTESE DA ATIVIDADE

No decorrer do ano 2014, a Lusitania desenvolveu os esforços para manter a trajetória de recuperação, de forma a alcançar as metas definidas no plano estratégico da empresa. Para o efeito, muito contribuiu a aposta em projetos estruturantes, cujos resultados já se verificaram no exercício, mas que terão uma maior expressão em 2015.

Apesar da conjuntura económica e financeira ainda desfavorável, a Companhia conseguiu inverter a tendência de decréscimo da produção de seguro direto, que se vinha a verificar

desde o ano 2012, registando-se também uma melhoria significativa no resultado operacional e uma redução considerável na taxa de sinistralidade, fruto da política de crescimento com sustentabilidade definida para o triénio 2014-2016. Apesar do resultado líquido continuar negativo, no montante de -15 milhões de euros, este valor reflete um conjunto de ajustamentos não recorrentes.

2. PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO

Os prémios processados apresentaram um acréscimo na atividade de 3,6%, em relação ao ano anterior, fixando-se em 175,2 milhões de euros. Este crescimento registou-se em todos os ramos principais, tendo sido mais expressivo na modalidade Acidentes de Trabalho, que apresentou um crescimento de 21,3%. No ramo Automóvel, a Companhia conseguiu manter, no exercício de 2014, o mesmo nível de produção do ano anterior.

(milhares de euros)

Prémios de seguro direto	2014	2013	2012	Δ 14/13	Δ 13/12
Acidentes e Doença	51.264	45.051	54.079	13,8%	-16,7%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	33.432	27.567	35.121	21,3%	-21,5%
<i>Acidentes Pessoais</i>	6.632	6.674	7.083	-0,6%	-5,8%
<i>Doença</i>	11.200	10.810	11.875	3,6%	-9,0%
Incêndio e Outros Danos	40.636	39.567	41.069	2,7%	-3,7%
Automóvel	67.251	67.258	85.075	0,0%	-20,9%
Transportes	9.443	10.547	12.064	-10,5%	-12,6%
Responsabilidade Civil Geral	4.743	4.623	4.774	2,6%	-3,2%
Diversos	1.890	2.064	2.376	-8,4%	-13,1%
TOTAL	175.229	169.111	199.437	3,6%	-15,2%

*Prémios de seguro direto líquidos de resseguro aceite.

3. CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRETO

Em 2014, os custos com sinistros de seguro direto ascenderam a 120,1 milhões de euros, mantendo a tendência de redução verificada nos últimos anos, através da revisão contínua do risco da carteira nos ramos estratégicos da Companhia.

O montante de sinistros reduziu-se, face ao ano anterior, em 18,1 milhões de euros, com maior significado percentual nos ramos Responsabilidade Civil, Automóvel e Transportes. A redução de -142,7% no ramo Responsabilidade Civil decorre, em grande medida, da revisão do provisionamento resultante do encerramento de processos com alguma

materialidade. Por outro lado, nos ramos Automóvel e Transportes, a redução dos custos com sinistros deveu-se a uma política de saneamento e controlo da carteira, com manutenção da produção, no primeiro caso, e, no segundo, com diminuição da exposição a riscos de elevada sinistralidade.

(milhares de euros)

Custos com sinistros de seguro direto	2014	2013	2012	Δ 14/13	Δ 13/12
Acidentes e Doença	39.625	36.257	50.774	9,3%	-28,6%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	29.453	26.719	39.019	10,2%	-31,5%
<i>Acidentes Pessoais</i>	1.986	1.806	1.846	9,9%	-2,1%
<i>Doença</i>	8.186	7.731	9.910	5,9%	-22,0%
Incêndio e Outros Danos	21.604	25.142	26.986	-14,1%	-6,8%
Automóvel	45.202	54.912	76.067	-17,7%	-27,8%
Transportes	14.422	18.829	11.202	-23,4%	68,1%
Responsabilidade Civil Geral	-1.003	2.349	2.356	-142,7%	-0,3%
Diversos	209	621	1.369	-66,3%	-54,7%
TOTAL	120.059	138.109	168.755	-13,1%	-18,2%

Taxa de sinistralidade	2014	2013	2012
Acidentes e Doença	78,5%	83,6%	92,5%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	89,0%	97,4%	109,4%
<i>Acidentes Pessoais</i>	31,9%	34,1%	25,0%
<i>Doença</i>	73,6%	72,8%	83,7%
Incêndio e Outros Danos	53,1%	63,9%	64,4%
Automóvel	66,7%	78,8%	80,8%
Transportes	147,9%	177,3%	94,4%
Responsabilidade Civil Geral	-21,1%	53,9%	47,0%
Diversos	10,6%	30,4%	52,9%
TOTAL	68,5%	81,5%	80,2%

Taxas em função de prémios brutos adquiridos.

A taxa de sinistralidade da Lusitania registou uma redução significativa, em relação ao exercício anterior, passando de 81,5% para 68,5%, aproximando-se do objetivo traçado para o triénio 2014-2016.

Para o resultado alcançado, muito contribuiu a diminuição dos custos com sinistros nos principais ramos explorados pela Companhia, através de um maior rigor na política de subscrição, de um controlo de custos mais apertado, do aumento das negociações extra judiciais com vista à recuperação de provisões, de maior deteção de fraude e da otimização na gestão dos processos. A exceção, na redução da taxa de sinistralidade, verificou-se no ramo Doença, que registou um ligeiro incremento, de 72,8% para 73,6%.

4. CUSTOS DE EXPLORAÇÃO DE SEGURO DIRETO

Os custos de exploração, em valor absoluto, registaram um acréscimo, em 2014, tendo atingido 20,3 milhões de euros, face aos 19,7 milhões de euros de 2013, o que representa um aumento de 3%.

(milhares de euros)					
Custos de exploração	2014	2013	2012	Δ 14/13	Δ 13/12
Acidentes e Doença	5.776	5.633	7.275	2,5%	-22,6%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	3.610	3.657	4.829	-1,3%	-24,3%
<i>Acidentes Pessoais</i>	1.033	896	1.253	15,4%	-28,5%
<i>Doença</i>	1.133	1.081	1.193	4,8%	-9,4%
Incêndio e Outros Danos	5.914	6.048	6.352	-2,2%	-4,8%
Automóvel	7.471	6.930	9.199	7,8%	-24,7%
Transportes	338	358	487	-5,6%	-26,4%
Responsabilidade Civil Geral	585	520	678	12,6%	-23,3%
Diversos	187	187	253	-0,1%	-26,2%
TOTAL	20.272	19.676	24.243	3,0%	-18,8%

A taxa de comissionamento em função dos prémios brutos emitidos não sofreu alterações face ao ano anterior, 11,6%, como se evidencia no quadro seguinte.

Taxa de comissionamento	2014	2013	2012
Acidentes e Doença	11,3%	12,5%	13,5%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	10,8%	13,3%	13,7%
<i>Acidentes Pessoais</i>	15,6%	13,4%	17,7%
<i>Doença</i>	10,1%	10,0%	10,0%
Incêndio e Outros Danos	14,6%	15,3%	15,5%
Automóvel	11,1%	10,3%	10,8%
Transportes	3,6%	3,4%	4,0%
Responsabilidade Civil Geral	12,3%	11,2%	14,2%
Diversos	9,9%	9,1%	10,7%
TOTAL	11,6%	11,6%	12,2%

5. RESSEGURO CEDIDO

O resultado de resseguro cedido, em 2014, foi favorável aos resseguradores, em 16,7 milhões de euros, tendo aumentado, quando comparado com 2013, devido ao melhor comportamento do ramo Incêndio e Outros Danos.

(milhares de euros)

Resultado de resseguro cedido	2014	2013	2012	Δ 14/13	Δ 13/12
Acidentes e Doença	-242	-1.601	822	-84,9%	-294,8%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	76	-376	192	-120,2%	-295,8%
<i>Acidentes Pessoais</i>	-230	-1.165	742	-80,3%	-257,0%
<i>Doença</i>	-89	-60	-112	48,1%	-46,4%
Incêndio e Outros Danos	-8.525	-4.608	454	85,0%	-1115,0%
Automóvel	-5.251	-4.344	-4.797	20,9%	-9,4%
Transportes	-240	206	-1.162	-216,6%	-117,7%
Responsabilidade Civil Geral	-2.233	-1.242	-1.496	79,8%	-17,0%
Diversos	-160	-20	819	699,2%	-102,4%
TOTAL	-16.652	-11.608	-5.359	43,4%	116,6%

6. CUSTOS POR NATUREZA A IMPUTAR

No exercício de 2014, os custos por natureza representaram 23,4% dos prémios adquiridos de seguro direto e registaram um acréscimo de 2,0%, face a 2013. Este aumento, que corresponde a cerca de 797 mil euros, ficou a dever-se, essencialmente, à rubrica de Gastos com Pessoal. Esta variação inclui valores não recorrentes, associados a rescisões de contratos de trabalho, que permitirão significativas reduções de custos no futuro.

(milhares de euros)

Custos por natureza	2014	2013	2012	Δ 14/13	Δ 13/12
Gastos com Pessoal	23.865	22.527	21.869	5,9%	3,0%
Fornecimento e Serviços Externos	10.512	10.271	11.452	2,3%	-10,3%
Impostos e Taxas	1.514	1.753	1.986	-13,6%	-11,8%
Depreciações e Amortizações do Exercício	3.864	4.089	4.313	-5,5%	-5,2%
Juros Suportados	811	948	1.255	-14,4%	-24,5%
Comissões	451	632	477	-28,7%	32,6%
Total	41.017	40.220	41.353	2,0%	-2,7%

7. ATIVIDADE FINANCEIRA

Em 2014, a carteira da Companhia atingiu o valor aproximado de 319,6 milhões de euros, menos 19,3 milhões que no ano anterior, e é constituída, essencialmente, por obrigações de taxa fixa e variável e por imóveis.

(milhares de euros)

Atividade financeira	2014	2013	2012	Δ 14/13	Δ 13/12
Coleção Lusitania	5.926	5.926	5.922	0,0%	0,1%
Obrigações	54.562	63.439	81.750	-14,0%	-22,4%
Fundos de Investimento	12.076	16.251	24.553	-25,7%	-33,8%
Ações	47.225	33.925	29.386	39,2%	15,4%
Empréstimos	14.783	26.798	27.023	-44,8%	-0,8%
Imóveis	75.965	76.863	78.423	-1,2%	-2,0%
Títulos do Estado	81.020	100.412	79.698	-19,3%	26,0%
Liquidez	28.014	15.240	37.173	83,8%	-59,0%
TOTAL	319.571	338.854	363.927	-5,7%	-6,9%
Proveitos financeiros líquidos	14.973	17.283	12.607	-13,4%	37,1%

Os proveitos financeiros ascenderam a 14,9 milhões de euros, tendo-se verificado um decréscimo de 13,4%, em relação a 2013. A taxa de rentabilidade global obtida foi de 4,7%.

8. PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas de seguro direto alcançaram, em 2014, o valor de 308,8 milhões de euros, representando uma diminuição de 4,2%, relativamente a 2013. Esta redução, de cerca de 13,5 milhões de euros, ficou a dever-se, essencialmente, à diminuição da provisão para sinistros de outros ramos.

(milhares de euros)

Provisões técnicas de seguro direto	2014	2013	2012	Δ 14/13	Δ 13/12
Provisão para prémios não adquiridos	43.268	43.583	45.452	-0,7%	-4,1%
Provisões para sinistros	249.545	263.234	270.794	-5,2%	-2,8%
<i>Acidentes de trabalho</i>	123.995	124.852	127.073	-0,7%	-1,7%
<i>Outros ramos</i>	125.550	138.382	143.721	-9,3%	-3,7%
Outras provisões técnicas	16.027	15.572	9.899	2,9%	57,3%
TOTAL	308.840	322.389	326.145	-4,2%	-1,2%
Rácio sobre prémios brutos emitidos	176,2%	190,6%	163,5%	-14,4	27,1

O rácio de provisionamento global, em 2014, passou de 190,6% para 176,2%, ou seja, menos 14,4 p.p. do que no ano anterior. Esta redução justifica-se por alterações na gestão de processos de acidentes de trabalho, nomeadamente a implementação de um sistema de provisões por custos médios e abertura antecipada de processos de pensão. Ao nível do ramo automóvel operou-se uma transformação na forma como são abordados os sinistros em contencioso e pré-contencioso. Nos restantes ramos foram revistas as provisões pendentes, ajustando-as à expectativa atualizada de pagamento.

9. GARANTIAS FINANCEIRAS

a) Representação das provisões técnicas

Face ao montante registado em investimentos financeiros e em responsabilidades técnicas, a Lusitania apresentou um rácio de cobertura de 103,5%, em 2014, que compara com 105,1%, em 2013, devido à maior redução da componente dos ativos.

(milhares de euros)

Cobertura das provisões técnicas	2014	2013	2012	Δ 14/13	Δ 13/12
Provisões técnicas	308.840	322.389	326.145	-4,2%	-1,2%
Investimentos financeiros	319.571	338.854	363.927	-5,7%	-6,9%
Rácio de cobertura	103,5%	105,1%	111,6%	-1,6	-6,5

b) Margem de solvência

Ao nível da margem de solvência, e face aos resultados negativos registados no exercício, o rácio de cobertura fixou-se em 90,1%, estando a ser promovidas as necessárias diligências para o seu reforço.

10. RESULTADO LÍQUIDO E CAPITALS PRÓPRIOS

Os capitais próprios sofreram uma variação positiva de 515 mil euros, face a 2013, atingindo 47 milhões de euros.

A Assembleia Geral da Lusitania de 31 de março de 2014 aprovou um aumento do capital social, reservado a Acionistas, de 26 para 50 milhões de euros, correspondente ao aumento por novas entradas resultantes da conversão em capital de prestações acessórias sob a forma de prestações suplementares de capital e por entradas em dinheiro (2.295 euros). Foi, depois, decidida a redução do capital social, de 50 para 12,5 milhões de euros, bem como a utilização de reservas para a cobertura dos resultados transitados negativos. Estas operações foram realizadas em junho de 2014.

O resultado líquido do exercício registou uma variação positiva de 7,2 milhões de euros, face a 2013, atingindo os -15.017.218 euros. Este resultado incorpora ajustamentos de cerca de 12 milhões de euros, não imputáveis ao exercício de 2014 (v.g.: correção de taxa de desconto das responsabilidades da modalidade de Acidentes de Trabalho; correção de créditos fiscais, por ajustamento de taxa de IRC e de valores de recuperabilidade de

imposto decorrentes do Plano de Negócio 2015-2019, imparidades de imóveis e outras imparidades de menor valor).

(milhares de euros)

Capitais próprios	2014	2013	2012	Δ 14/13	Δ 13/12
Capital social	12.500	26.000	26.000	-51,9%	0,0%
Outros instrumentos de capital	44.661	66.546	66.546	-32,9%	0,0%
Reservas	4.826	3.378	2.686	42,9%	25,7%
Resultados transitados	0	-27.217	-10.960	-100,0%	148,3%
Resultado líquido	-15.017	-22.252	-16.257	32,5%	-36,9%
Capitais próprios	46.970	46.455	68.016	1,1%	-31,7%

11. RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2014, o quadro de pessoal da Companhia registou um decréscimo de 5,9%, face ao ano de 2013. O número de colaboradores era de 554, menos 35 que no ano anterior. No exercício findo, foram admitidos 13 colaboradores e registaram-se 48 saídas, menos 17 que no ano 2013. Das saídas ocorridas, 6 deveram-se a situações de pré-reforma.

A idade média dos colaboradores passou de 41,9 para 42,4 anos e a antiguidade aumentou de 13,5 para 14,2 anos. Na distribuição por género, 46,6% dos colaboradores são do sexo feminino e 53,4% do sexo masculino.

No que se refere à composição do efetivo em termos de habilitações académicas, consolidou-se a tendência de crescimento do peso relativo dos agregados ensino médio e superior, evoluindo para 45,8%, no ano em análise, face a 44,8%, em 2013.

Quadro de pessoal	2014	2013	2012	Δ 14/13	Δ 13/12
Entradas	13	13	14	0,0%	-7,1%
Saídas	48	65	37	-26,2%	75,7%
Efetivo ao Serviço	546	581	633	-6,0%	-8,2%
Contratos Suspensos	8	8	10	0,0%	-20,0%
Efetivo Total	554	589	643	-5,9%	-8,4%

A atividade de formação, no ano 2014, desenvolveu-se tanto para colaboradores da Lusitania como para mediadores. Os cursos e ações formativas presenciais e em e-

learning realizados para os colaboradores da Lusitania contaram com 283 formandos, em 147 ações e 999 participações, num total de 6.417 horas.

Foram realizadas 10 ações destinadas a mediadores da Companhia, envolvendo 191 pessoas e totalizando 452 horas, e promoveram-se duas novas sessões do Curso de Qualificação de PDEAMS – Pessoas Diretamente Envolvidas na Atividade de Mediação de Seguros e Resseguros, nas quais participaram 57 colaboradores dos agentes da Lusitania e 104 trabalhadores do Montepio.

No quadro da formação à distância realizou-se uma nova edição do Curso de Qualificação de Mediadores de Seguros, para um universo de 72 formandos, num total de 7.060 horas.

12. SISTEMAS DE GESTÃO DE RISCOS E DE CONTROLO INTERNO

No que se refere às funções chave de Auditoria Interna e de Gestão de Riscos, foi efetuada a monitorização e acompanhamento da implementação das recomendações do Auditor Externo, no âmbito dos Sistemas de Gestão de Risco e de Controlo Interno. Na sequência da definição do modelo de autoavaliação de riscos e de controlos dos processos de negócio, desenvolveu-se um processo de autoavaliação de riscos, tendo como principal objetivo a revisão e atualização das respetivas atividades de controlo existentes nos processos de negócio *core* da Companhia.

Em 2014, prosseguiu a implementação do Plano Diretor para a Gestão Integrada de Riscos e Solvência II, que permitirá atingir os objetivos estratégicos da Companhia nestas matérias. A Lusitania selecionou a solução informática de suporte à implementação do regime Solvência II, tendo iniciado a sua implementação.

Para além do desenvolvimento de medidas previstas no Plano Diretor, a Lusitania participou no exercício relativo ao estudo do impacto quantitativo em Portugal, desenvolvido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões - QIS 2014 –, no âmbito da preparação do novo regime, que entrará em vigor em 1 de janeiro de 2016.

IV. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, no montante de -15.017.218 euros, seja levado, na totalidade, a Resultados Transitados.

V. PERSPETIVAS PARA 2015

a) A atividade económica

As projeções económicas em 2015 apontam para a continuação da trajetória de recuperação gradual da atividade, nomeadamente a continuação do processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos, um crescimento moderado do nível de preços e a manutenção da capacidade de reduzir o endividamento externo. A Comissão Europeia, nas previsões de Inverno, também reviu em alta a estimativa para o crescimento da economia portuguesa em 2015. Estima, agora, um crescimento do PIB de 1,6%, contra os anteriores 1,3%.

A recuperação da atividade empresarial, a redução da taxa de desemprego, a melhoria dos indicadores de confiança dos consumidores e, também, a expectativa de melhoria dos rendimentos, aliada à esperada abertura do mercado de crédito, permitem estabelecer algumas das condições necessárias para um maior consumo de seguros por particulares e empresas.

b) O enquadramento do mercado segurador

No ano de 2014, o setor segurador português atravessou profundas mudanças estruturais e desafios, quer ao nível da rentabilidade, quer ao nível do crescimento.

Apesar do contexto económico bastante adverso, o mercado começa a revelar sinais de melhoria, sendo esperada, para 2015, uma evolução positiva na atividade. A produção Não Vida, nomeadamente os segmentos de Acidentes de Trabalho e de Automóvel, alcançou um ponto de estagnação, pelo que o setor deverá, seguramente, iniciar uma tendência de crescimento. O desafio é, num contexto muito competitivo ao nível do preço, manter padrões de rentabilidade sustentáveis.

Espera-se que o setor reverta a degradação contínua da exploração técnica de Acidentes de Trabalho e Automóvel, de forma a continuar a assegurar níveis de segurança e qualidade de serviço aos tomadores de seguros e beneficiários.

O ano 2015 vai, também, ser marcado pela fase final de implementação do regime Solvência II, que irá exigir às empresas de seguros um modelo de gestão e de governação mais complexo e exigente, com significativos impactos nas organizações e nos níveis de capitalização das seguradoras.

c) A estratégia para o triénio 2014-2016

O desenvolvimento do Plano Estratégico 2014-2016 está a decorrer a bom ritmo, tendo um conjunto de medidas estruturantes produzido efeitos já em 2014. Estes serão reforçados, em 2015 e 2016, de forma a consolidar o crescimento com sustentabilidade e reforço da qualidade do serviço prestado aos parceiros e clientes.

Entre as medidas mais visíveis, conta-se o reforço das alianças com a rede de mediação e o fortalecimento das parcerias. A rede de distribuição, em 2015, será robustecida com a oferta especializada de seguros no canal bancário.

O ano 2015 terá, ainda, como principal desafio o início da substituição integral do sistema informático por uma ferramenta reconhecida internacionalmente como uma solução inovadora, ágil e configurável, permitindo eliminar as dificuldades atuais de acomodação da natural evolução do mercado e do negócio. Este projeto de transformação permitirá, a médio prazo, dar uma agilidade processual e uma focalização no essencial da atividade, que conduzirá, certamente, a uma Lusitania mais eficiente, produtiva e rentável.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A terminar o presente Relatório, o Conselho de Administração deixa uma palavra de agradecimento ao Senhor Dr. Álvaro Cordeiro Dâmaso, pela colaboração prestada, que cessou funções como Presidente deste órgão. Para sua substituição, foi cooptado o Senhor Dr. Eduardo José da Silva Farinha.

O Conselho de Administração pretende agradecer a todas as entidades que contribuíram para o desenvolvimento e afirmação da Companhia, destacando especialmente:

- . As Autoridades de Supervisão, em especial a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- . A Associação Portuguesa de Seguradores, as Associações de Mediadores e os Sindicatos da Atividade;
- . A Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas;
- . Os Clientes, Agentes, Corretores e Resseguradores;
- . As Administrações e Colaboradores das empresas do Grupo Montepio.

Os nossos agradecimentos, também, a todos os Colaboradores da Companhia, pelo esforço desenvolvido nas suas áreas de responsabilidade.

A finalizar, o Conselho de Administração expressa os seus agradecimentos aos Senhores Acionistas pelo apoio sempre recebido.

Lisboa, 18 de fevereiro de 2015

O Conselho de Administração

Eduardo José da Silva Farinha
Presidente

Fernando Dias Nogueira
Vice-Presidente

Virgílio Manuel Boavista Lima
Administrador

Artur Luís Martins
Administrador

Pedro Miguel Moura Líbano Monteiro
Administrador

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício de 2014

Balanço em 31 de dezembro de 2014

Notas do anexo	ATIVO	Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	Exercício 31-12-2013
8	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	12.739.961	-	12.739.961	10.160.576
7	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	27.896.268	-	27.896.268	13.396.268
5	Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	107.971
6	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.573.925	-	2.573.925	4.841.306
	Derivados de cobertura	-	-	-	-
6	Ativos financeiros disponíveis para venda	137.711.763	-	137.711.763	153.044.796
6	Empréstimos concedidos e contas a receber	30.056.721	-	30.056.721	31.876.983
	Depósitos junto de empresas cedentes	189.111	-	189.111	341.704
	Outros depósitos	15.273.589	-	15.273.589	5.079.325
	Empréstimos concedidos	14.594.022	-	14.594.022	26.455.954
	Contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
6	Investimentos a deter até à maturidade	26.701.387	-	26.701.387	42.636.954
9	Terrenos e edifícios	75.964.714	5.141.099	70.823.615	72.273.734
	Terrenos e edifícios de uso próprio	50.101.838	5.141.099	44.960.739	43.663.972
	Terrenos e edifícios de rendimento	25.862.876	-	25.862.876	28.609.762
10	Outros ativos tangíveis	27.051.935	18.197.575	8.854.360	8.023.443
	Inventários	-	-	-	-
12	Goodwill	18.673.846	-	18.673.846	18.673.846
12	Outros ativos intangíveis	22.042.281	8.549.560	13.492.721	13.677.356
4.1	Provisões técnicas de resseguro cedido	31.606.285	-	31.606.285	31.185.399
	Provisão para prémios não adquiridos	7.074.360	-	7.074.360	7.019.452
	Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-
	Provisão para sinistros	24.531.925	-	24.531.925	24.165.947
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
23	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	59.993
37.2	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	62.551.702	5.763.614	56.788.088	69.887.267
	Contas a receber por operações de seguro direto	43.474.980	1.825.461	41.649.520	48.294.528
	Contas a receber por operações de resseguro	4.863.159	-	4.863.159	9.053.206
	Contas a receber por outras operações	14.213.563	3.938.153	10.275.409	12.539.533
24	Ativos por impostos e taxas	10.962.497	-	10.962.497	16.695.836
	Ativos por impostos (e taxas) correntes	-	-	-	-
	Ativos por impostos diferidos	10.962.497	-	10.962.497	16.695.836
	Acréscimos e diferimentos	3.275.900	-	3.275.900	2.945.627
	Outros elementos do ativo	-	-	-	-
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	TOTAL ATIVO	489.809.185	37.651.848	452.157.337	489.487.352

Lisboa, 18 de fevereiro de 2015

O Técnico Oficial de Contas

Albertino Soares

O Conselho de Administração

Eduardo José da Silva Farinha
PresidenteFernando Dias Nogueira
Vice- Presidente

O Responsável Financeiro

Virgílio Manuel Boavista Lima
Vogal

Jorge Oliveira

Artur Luís Martins
VogalPedro Miguel Moura Libano Monteiro
Vogal

Notas do anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Valor	Exercício 31-12-2013
	PASSIVO		
4,1	Provisões técnicas	308.839.510	322.388.745
	Provisão para prémios não adquiridos	43.268.055	43.582.770
	Provisão matemática do ramo vida	-	-
	Provisão para sinistros	249.544.570	263.234.155
	De vida	-	-
	De acidentes de trabalho	123.994.776	124.851.941
	De outros ramos	125.549.794	138.382.214
	Provisão para participação nos resultados	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-
	Provisão para desvios de sinistralidade	6.235.965	5.749.580
	Provisão para riscos em curso	9.790.920	9.822.240
	Outras provisões técnicas	-	-
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-
5, 6, 3	Outros passivos financeiros	18.699.189	33.577.815
	Derivados de cobertura	-	-
	Passivos subordinados	11.500.000	20.500.000
	Depósitos recebidos de resseguradores	7.199.189	7.077.815
	Outros	-	6.000.000
23	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	2.792.915	2.035.000
37,3	Outros credores por operações de seguros e outras operações	22.328.597	36.583.909
	Contas a pagar por operações de seguro direto	8.691.703	18.450.405
	Contas a pagar por operações de resseguro	4.842.656	7.764.773
	Contas a pagar por outras operações	8.794.238	10.368.731
24	Passivos por impostos e taxas	9.744.661	10.435.979
	Passivos por impostos correntes	9.744.661	10.435.979
	Passivos por impostos diferidos	-	-
37,1	Acréscimos e diferimentos	38.354.219	33.985.138
13	Outras provisões	4.428.202	4.025.765
	Outros elementos do passivo	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como devido para venda	-	-
	TOTAL PASSIVO	405.187.293	443.032.351
	CAPITAL PRÓPRIO		
25	Capital	12.500.000	26.000.000
	(Ações Próprias)	-	-
29,2	Outros instrumentos de capital	44.660.848	66.546.001
26	Reservas de reavaliação	(2.952.931)	(4.197.843)
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	(2.952.931)	(4.197.843)
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-
	Por revalorização de outros ativos tangíveis	-	-
	Por revalorização de ativos intangíveis	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-
	De diferenças de câmbio	-	-
26	Reserva por impostos diferidos	752.997	1.154.407
26	Outras reservas	7.026.348	6.421.416
	Resultados transitados	-	(27.216.636)
	Resultado líquido do exercício	(15.017.218)	(22.252.344)
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	46.970.044	46.455.001
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	452.157.337	489.487.352

Lisboa, 18 de fevereiro de 2015

O Técnico Oficial de Contas

Albertino Soares

O Conselho de Administração

Eduardo José da Silva Farinha
PresidenteFernando Dias Nogueira
Vice- Presidente

O Responsável Financeiro

Virgílio Manuel Boavista Lima
Vogal

Jorge Oliveira

Artur Luís Martins
VogalPedro Miguel Moura Libano Monteiro
Vogal

Demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2014

Notas do anexo	CONTA DE GANHOS E PERDAS	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	Exercício 31-12-2013
14	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	147.991.244		147.991.244	144.891.329
	Prémios brutos emitidos	177.752.286		177.752.286	172.045.478
	Prémios de resseguro cedido	30.122.724		30.122.724	28.139.347
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(306.774)		(306.774)	(286.838)
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	54.909		54.909	698.360
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-		-	-
	Montantes pagos	122.524.776		122.524.776	137.235.039
	Montantes brutos	135.105.888		135.105.888	141.580.257
	Parte dos resseguradores	144.273.752		144.273.752	158.128.593
	Provisão para sinistros (variação)	9.167.865		9.167.865	16.548.336
	Montante bruto	(12.581.112)		(12.581.112)	(4.345.218)
	Parte dos resseguradores	(12.211.265)		(12.211.265)	(7.064.490)
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	369.847		369.847	(2.719.272)
	Montante bruto	-		-	-
	Parte dos resseguradores	-		-	-
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	-		-	-
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	455.065		455.065	5.672.377
	Custos e gastos de exploração líquidos	46.500.254		46.500.254	44.630.213
	Custos de aquisição	36.650.056		36.650.056	38.398.016
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(7.941)		(7.941)	(1.582.543)
	Gastos administrativos	13.736.713		13.736.713	11.215.242
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	3.878.574		3.878.574	3.400.502
16.2	Rendimentos	6.227.251	296.005	6.523.256	9.489.036
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	4.928.291	296.005	5.224.296	6.753.739
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Outros	1.298.960	-	1.298.960	2.735.297
21.1	Gastos financeiros	1.119.143	208.878	1.328.021	1.643.014
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Outros	1.119.143	208.878	1.328.021	1.643.014
17, 18	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	12.901.923	(187.382)	12.714.540	13.974.695
	De ativos disponíveis para venda	12.886.211	(187.382)	12.698.828	13.902.017
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	15.712	-	15.712	72.678
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-
17, 18	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(2.306.156)	-	(2.306.156)	351.091
	De ativos e passivos financeiros detidos para negociação	2.169	-	2.169	161.228
	De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(2.308.326)	-	(2.308.326)	189.863
	Diferenças de câmbio	-	-	-	-
	Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	1.112.166	(500.067)	612.099	5.252.420
	De ativos disponíveis para venda	857.532	71.434	928.966	4.367.997
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	(571.501)	(571.501)	26.201
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	De outros	254.634	-	254.634	858.222
37.4	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(770.039)	-	(770.039)	(1.274.257)
13.1	Outras provisões (variação)	-	402.437	402.437	(737.027)
37.5	Outros rendimentos/gastos	-	(1.671.507)	(1.671.507)	(2.947.057)
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	(7.667.181)	(1.674.134)	(9.341.315)	(29.211.199)
24.1	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	329.172	71.875	401.047	353.500
24.1	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	4.329.506	945.350	5.274.857	(7.312.355)
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			(15.017.218)	(22.252.344)

Lisboa, 18 de fevereiro de 2015

O Técnico Oficial de Contas

Albertino Soares

O Responsável Financeiro

Jorge Oliveira

O Conselho de Administração

Eduardo José da Silva Farinha
PresidenteFernando Dias Nogueira
Vice- PresidenteVirgílio Manuel Boavista Lima
VogalArtur Luís Martins
VogalPedro Miguel Moura Líbano Monteiro
Vogal

Demonstração do rendimento integral em 31 de dezembro de 2014

Notas do anexo	Demonstração do Rendimento Integral	2014	2013
	Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados		
	Reserva do justo valor		
26	Ativos financeiros disponíveis para venda	1.244.912	1.677.947
24	Impostos ativos financeiros disponíveis para venda	(401.410)	(549.572)
		843.502	1.128.375
	Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração de resultados		
	Desvios atuariais do exercício		
23	Valor Bruto	150.984	(408.135)
24	Impostos correntes e diferidos	(57.072)	(28.483)
		93.912	(436.618)
	Outro rendimento integral do exercício depois de impostos	937.414	691.757
	Resultado líquido do exercício	(15.017.218)	(22.252.344)
	Total do rendimento integral do exercício	(14.079.804)	(21.560.587)

Lisboa, 18 de fevereiro de 2015

O Técnico Oficial de Contas

Albertino Soares

O Responsável Financeiro

Jorge Oliveira

O Conselho de Administração

Eduardo José da Silva Farinha
PresidenteFernando Dias Nogueira
Vice- PresidenteVirgílio Manuel Boavista Lima
VogalArtur Luís Martins
VogalPedro Miguel Moura Libano Monteiro
Vogal

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2014

	2014	2013
Atividades Operacionais		
Recebimentos de prêmios	109.992.059	111.575.171
Recebimentos de reembolsos	3.840.355	6.329.020
Recebimentos de operações de cosseguro	1.188.896	686.021
Recebimentos de operações de resseguro	3.352.102	7.812.342
Pagamentos de sinistros	(100.406.152)	(121.114.270)
Pagamentos de comissões	(1.660.198)	(1.682.899)
Pagamentos de estornos	(1.081.775)	(1.538.933)
Pagamentos de operações de cosseguro	(200.510)	(136.912)
Pagamentos de operações de resseguro	(18.417.520)	(16.110.906)
Pagamentos a fornecedores	(4.810.007)	(6.610.554)
Pagamentos ao pessoal	(12.887.851)	(11.948.245)
Pagamentos / Recebimentos do imposto sobre o rendimento	(35.258.204)	(34.995.131)
Outros recebimentos / pagamentos relativos à atividade operacional	25.602.362	36.590.969
<i>Fluxo das atividades operacionais</i>	(30.746.443)	(31.144.326)
Atividades de Investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	396.341.597	268.588.863
Ativos tangíveis	-	3.500
Rendas de propriedades de investimento	68.338	55.282
Juros e proveitos similares	5.246.303	5.677.865
Dividendos	74.307	491.446
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(356.854.511)	(248.364.793)
Ativos tangíveis	(1.554.064)	(1.945.712)
Ativos intangíveis	(65.857)	(96.983)
<i>Fluxo das atividades de investimento</i>	43.256.114	24.409.468
Atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	95.000.360	6.000.000
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(101.012.031)	(15.000.000)
Amortização de contratos de locação financeira	(4.310)	(17.238)
Juros e custos similares	(510.843)	(769.505)
Dividendos	2.295	-
Reduções de capital e prestações suplementares	(3.407.448)	-
Aquisição de ações (quotas) próprias	-	-
<i>Fluxo das atividades de financiamento</i>	(9.931.976)	(9.786.743)
Variação de caixa e seus equivalentes	2.577.694	(16.521.601)
Efeitos das diferenças de câmbio	1.691	(623)
Caixa e seus equivalentes no início do período	10.160.576	26.682.800
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.739.961	10.160.576

Lisboa, 18 de fevereiro de 2015

O Técnico Oficial de Contas

Albertino Soares

O Responsável Financeiro

Jorge Oliveira

O Conselho de Administração

Eduardo José da Silva Farinha
PresidenteFernando Dias Nogueira
Vice- PresidenteVirgílio Manuel Boavista Lima
VogalArtur Luís Martins
VogalPedro Miguel Moura Libano Monteiro
Vogal

Demonstração das variações do capital próprio em 31 de dezembro de 2014

Demonstração de alterações do Capital Próprio	Capital	Prêmio emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de Reavaliação		Reserva por impostos diferidos	Outras reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
			Prestações suplementares	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de outros ativos tangíveis		Reserva legal	Reserva estatutária	Outras reservas			
Balanço a 31 de Dezembro 2012 (balanço de abertura)	26.000.000	-	66.546.001	(5.875.790)	-	1.703.979	3.085.568	1.234.053	2.538.413	(10.959.821)	(16.256.815)	68.015.588
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	1.677.947	-	-	-	-	-	-	-	1.677.947
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	-	-	(549.572)	-	-	-	-	-	(549.572)
Outros ganhos/ perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(436.618)	-	-	(436.618)
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.256.815)	16.256.815	-
Total das variações do capital próprio	-	-	-	1.677.947	-	(549.572)	-	-	(436.618)	(16.256.815)	16.256.815	691.757
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.252.344)	(22.252.344)
Distribuição antecipada de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balanço a 31 de Dezembro 2013	26.000.000	-	66.546.001	(4.197.843)	-	1.154.407	3.085.568	1.234.053	2.101.795	(27.216.637)	(22.252.344)	46.455.001
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	1.244.912	-	-	-	-	-	-	-	1.244.912
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	-	-	(401.410)	-	-	-	-	-	(401.410)
Aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.252.344)	22.252.344	-
Redução de capital	(37.500.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	37.500.000	-	-
Aumento de capital	24.000.000	12.480.000	(21.885.153)	-	-	-	-	-	-	-	-	14.594.847
Cobertura de resultados transitados	-	(11.968.980)	-	-	-	-	-	-	(1)	11.968.981	-	-
Outros ganhos/ perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	93.912	-	-	93.912
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total das variações do capital próprio	(13.500.000)	511.020	(21.885.153)	1.244.912	-	(401.410)	-	-	93.911	27.216.637	22.252.344	15.532.261
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.017.218)	(15.017.218)
Distribuição antecipada de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balanço a 31 de Dezembro 2014	12.500.000	511.020	44.660.848	(2.952.931)	-	752.997	3.085.568	1.234.053	2.195.706	-	(15.017.218)	46.970.044

Lisboa, 18 de fevereiro de 2015

O Técnico Oficial de Contas

Albertino Soares

O Responsável Financeiro

Jorge Oliveira

O Conselho de Administração

Eduardo José da Silva Farinha
PresidenteFernando Dias Nogueira
Vice- PresidenteVirgílio Manuel Boavista Lima
VogalArtur Luís Martins
VogalPedro Miguel Moura Líbano Monteiro
Vogal

NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas

1. Informações gerais

A Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., adiante designada por Lusitania, foi constituída em 6 de junho de 1986, sob a forma jurídica de Sociedade Anónima e dedica-se ao exercício da atividade de seguros e de resseguros para todos os ramos técnicos Não Vida, com exceção do ramo de seguros de crédito, para a qual obteve as devidas autorizações por parte da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Em 2009, a Companhia adquiriu 85% das ações da Real Seguros, SA (adiante, Real Seguros) à Sociedade Lusa de Negócios e a carteira de ativos e passivos da Mutuamar – Mútua de Seguros dos Armadores da Pesca do Arrasto (adiante, Mutuamar). A primeira operação compreendeu também a aquisição da N Seguros (da qual a Real Seguros detinha 100% das ações), uma seguradora que utiliza exclusivamente o canal direto, no segmento de particulares, comercializando apenas seguros Não Vida.

No caso da Real Seguros, obteve-se a autorização da Autoridade da Concorrência em 15 de outubro de 2009, tendo-se procedido no dia 2 de novembro de 2009, à aquisição de 85% das respetivas ações. Quanto à Mutuamar, foi obtida autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), então Instituto de Seguros de Portugal (ISP), para a compra dos seus ativos e passivos, em 23 de dezembro de 2009. A fusão da Real Seguros com a Lusitania e a integração nesta última dos ativos e passivos provindos da Mutuamar concretizou-se em 31 de dezembro de 2009.

A Companhia tem a sua sede em Lisboa, tendo como principais canais de distribuição a rede de mediadores e o canal bancário.

As notas às contas incluídas neste anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as empresas de seguros, sendo de referir que os números não indicados neste documento não têm aplicação, por irrelevância de valores ou de situações a reportar.

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em 18 de fevereiro de 2015.

As demonstrações financeiras, agora apresentadas, são consolidadas nas demonstrações financeiras da Montepio Seguros, SGPS, S.A., entidade que controla a Lusitania. Estas são depois consolidadas na empresa-mãe Montepio Geral - Associação Mutualista.

2. Informação por segmentos

Um segmento operacional é um conjunto de ativos e operações, que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A Companhia considera como segmento principal o segmento operacional. Relativamente a este segmento, efetuar-se-á o relato da informação por ramos, tendo em consideração que os mais significativos da Companhia são: Automóvel, Acidentes e Doença e Incêndio e Outros Danos.

No que concerne ao segmento geográfico, todos os contratos são celebrados em Portugal, pelo que existe apenas um segmento.

O relato por segmentos operacionais em 2014 e 2013 pode ser analisado como segue:

	2014				
	Ramos Não Vida	Acidentes e doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros
Prémios brutos emitidos	177.752.286	51.263.975	43.160.118	67.251.084	16.077.109
Prémios de resseguro cedido	30.122.725	1.472.041	16.505.876	6.178.561	5.966.247
Prémios brutos adquiridos	178.059.060	50.458.242	43.368.699	67.742.642	16.489.477
Resultado dos investimentos ⁽¹⁾	13.816.459	10.859.308	558.442	1.835.677	563.031
Custos com sinistros brutos	132.062.487	43.875.681	24.842.988	49.410.281	13.933.537
Custos de exploração brutos	50.378.829	13.499.318	11.094.782	22.990.168	2.794.561
Resultado técnico	(7.667.181)	4.593.034	(84.098)	(9.124.802)	(3.051.315)
Ativos elegíveis afectos à representação das provisões técnicas ^{(2) (3)}	320.340.791	138.269.985	40.827.701	110.030.796	31.212.308
Provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite	318.672.680	136.919.780	40.756.414	109.838.676	31.157.810

⁽¹⁾: Com a exceção do resultado dos investimentos de ativos a representar provisões técnicas de Acidentes de Trabalho, o resultado dos investimentos foi rateado com base nas provisões técnicas de cada ramo.

⁽²⁾: Com a exceção da modalidade Acidentes de Trabalho, os ativos elegíveis afetos à representação das provisões técnicas dos ramos foram rateados com base nas provisões técnicas de cada ramo.

⁽³⁾: Em 2014, a parte dos resseguradores nos custos com sinistros foi considerada na linha dos ativos a representar as provisões técnicas.

	2013				
	Ramos Não Vida	Acidentes e doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros
Prémios brutos emitidos	172.045.478	45.050.849	42.501.808	67.258.132	17.234.689
Prémios de resseguro cedido	28.139.347	1.206.398	16.191.127	6.238.552	4.503.270
Prémios brutos adquiridos	172.332.315	43.360.482	42.287.410	69.660.230	17.024.193
Resultado dos investimentos ⁽¹⁾	18.485.735	17.417.802	128.072	748.280	191.581
Custos com sinistros brutos	151.064.103	40.710.862	28.552.378	59.660.464	22.140.399
Custos de exploração brutos	48.030.715	11.707.820	11.400.483	22.229.584	2.692.828
Resultado técnico	(24.129.396)	7.487.323	(3.644.695)	(19.086.983)	(8.885.040)
Ativos elegíveis afetos à representação das provisões técnicas ⁽²⁾	338.917.987	143.867.983	42.465.417	122.648.245	29.936.342
Provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite	332.213.974	137.586.581	42.373.408	122.382.506	29.871.479

(1): Com a exceção do resultado dos investimentos de ativos a representar provisões técnicas de Acidentes de Trabalho, o resultado dos investimentos foi rateado com base nas provisões técnicas de cada ramo.

(2): Com a exceção da modalidade Acidentes de Trabalho, os ativos elegíveis afetos à representação das provisões técnicas dos ramos foram rateados com base nas provisões técnicas de cada ramo.

As provisões técnicas, evidenciadas nos quadros acima, encontram-se líquidas de resseguro e brutas de custos de aquisição diferidos (que estão incluídos na rubrica de Investimentos afetos à representação das provisões técnicas).

3. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

Bases de preparação:

As demonstrações financeiras da Companhia, agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e foram preparadas de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), emitido pelo ex-Instituto de Seguros de Portugal, hoje ASF, e aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007, de 27 de abril, e articuladas com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar nº 20/2007, de 31 de dezembro e pela Norma Regulamentar nº 22/2010, de 16 de dezembro. Este Plano de Contas introduziu as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor, tal como adotadas na União Europeia, exceto os critérios de mensuração definidos na IFRS 4, relativos a contratos de seguro. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2014, a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2014. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 38. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Lusitania não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na Nota 38.

Bases de mensuração:

Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor, através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se analisadas seguidamente.

Políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as que se apresentam a seguir:

a) Contratos de seguro

Classificação

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado, é classificado como um contrato de seguro.

Reconhecimento e mensuração

Os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pró-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

b) Princípio da especialização dos exercícios

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Uma vez que os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da transação ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Companhia realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

i) Provisão para prémios não adquiridos

Reflete a parte dos prémios brutos emitidos contabilizados no exercício, a imputar a um ou vários exercícios seguintes. A provisão para prémios não adquiridos foi calculada, contrato a contrato, por aplicação do método *pro-rata temporis*, de acordo com a Norma nº 19/94-R, da ASF, tendo em atenção as alterações introduzidas pela Norma nº 3/96-R, do mesmo organismo.

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com as Normas nº 19/94-R e 3/96-R, da ASF, o diferimento destes custos está limitado a 20% da provisão para prémios não adquiridos.

ii) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

De acordo com o estipulado pela ASF, o montante da provisão para riscos em curso a constituir deverá ser igual ao produto dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis e ainda não processados relativos aos contratos em vigor, por um rácio, que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência, deduzidos pelo rácio de investimentos.

iii) Provisão para sinistros

Esta provisão foi determinada como segue:

Pelo valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados, ou já regularizados, mas ainda não liquidados no final do exercício, com exceção da modalidade Acidentes de Trabalho, a qual foi calculada de acordo com o estipulado nas normas emitidas pela ASF e por métodos atuariais;

Pela provisão matemática relativa a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2014, que envolvam pagamento de pensões já homologadas pelo Tribunal de Trabalho, ou com

acordo de conciliação já realizado, e, ainda, para fazer face às responsabilidades por presumíveis incapacidades permanentes;

- A Companhia calculou a provisão matemática utilizando o disposto na Norma Regulamentar nº15/2000-R, da ASF, ou seja, nas pensões em pagamento obrigatoriamente remíveis nos termos do artigo 74º do Decreto-Lei nº 143/99, de 30 de abril, utilizou a tábua de mortalidade TD 88/90, à taxa técnica de juro de 5,25%, sem encargos de gestão, ajustando ao disposto no nº 2 da referida Norma. Nas restantes pensões, cumprindo também o disposto na citada Norma, optou pela tábua de mortalidade TD 88-90 aos pensionistas do género masculino e pela tábua de mortalidade TV 88-90 aos do género feminino, considerando uma taxa técnica de 4,25% (2013:4,5%) e 1% de taxa de gestão;
- A responsabilidade inerente ao acréscimo anual das pensões vitalícias, por efeito da inflação, pertence ao FAT – Fundo de Acidentes de Trabalho, fundo este que é gerido pela ASF e cujas receitas são constituídas pelas contribuições efetuadas pelas seguradoras e pelos próprios tomadores de seguros. A Companhia efetua o pagamento integral das pensões, sendo, posteriormente, reembolsada pela parcela da responsabilidade do FAT;
- O cálculo da provisão para encargos com assistência vitalícia a sinistrados com incapacidades permanentes já reconhecidas pelo Tribunal de Trabalho, assim como as responsabilidades semelhantes ainda não reconhecidas como tal, IBNER (*Incurring But Not Enough Reserved*), e as responsabilidades semelhantes emergentes de sinistros não participados à Lusitania em 31 de dezembro de 2014, IBNR (*Incurring But Not Reported*), foram calculadas por métodos atuariais e, quando aplicável, utilizadas bases técnicas semelhantes às aplicadas no cálculo da provisão matemática.

Em linha com o exercício anterior, a percentagem aplicada foi de 4% do valor dos custos do exercício, relativos a sinistros declarados, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o encerramento do exercício, para todos os ramos, com a exceção do ramo Doença e da modalidade Acidentes de Trabalho. O ramo Doença inclui uma reserva, apurada pela aplicação de métodos de cálculo atuarial sobre a totalidade dos sinistros pagos, englobando, assim, os sinistros não declarados e os declarados que ainda não estejam suficientemente provisionados. Nos Acidentes de Trabalho é calculado pela extrapolação por *run-off* semelhante ao supra exposto, com vista a apurar o número de sinistros por participar. Multiplicando esta cifra pelo custo médio apurado para o ano de ocorrência em causa, obtém-se a provisão atuarial para sinistros não declarados.

iv) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade é constituída quando o resultado técnico dos ramos de seguros de caução e risco atómico é positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas, estabelecidas pela ASF, aplicadas ao resultado técnico.

Esta provisão é também constituída para a cobertura de fenómenos sísmicos, sendo neste caso calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

v) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima, para o seguro direto, tendo em consideração as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

vi) Remunerações de mediação

A remuneração de mediação é a remuneração atribuída ao mediador pela angariação de contratos de seguro. As remunerações contratadas com corretores, agentes e angariadores são registadas como custos no momento do processamento dos respetivos prémios.

Os custos de aquisição estão, direta ou indiretamente, relacionados com a venda de contratos de seguro, pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

c) Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos de recibos por cobrar têm por objetivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados em 31 de dezembro de 2014 são refletidos na rubrica Devedores – por Operações de Seguro Direto. O cálculo destes ajustamentos é efetuado com base no valor dos prémios por cobrar, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pela ASF, de base económica.

O montante dos ajustamentos de recibos por cobrar em 31 de dezembro de 2014 não diverge significativamente do risco envolvido na cobrança dos valores relativos a prémios a receber naquela data.

O ajustamento para dívidas de cobrança duvidosa foi calculado tendo por base o valor estimado de realização dos saldos de natureza duvidosa, incluídas na rubrica de Outros devedores.

d) Ativos financeiros**i) Classificação**

A Companhia classifica os seus ativos financeiros, no momento da sua aquisição, considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros ao justo valor através dos ganhos e perdas, que inclui:

- Os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo;
- Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando: (i) tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu

justo valor; (ii) tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); e (iii) tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

Empréstimos concedidos e contas a receber

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Investimentos a deter até à maturidade

São os ativos financeiros sobre os quais exista a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os ativos da classe têm de ser reclassificados para a classe, disponíveis para venda.

ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar os ativos. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (a) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (b) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (c) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

iii) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através resultados são valorizados ao justo valor, sendo as variações de justo valor registadas na conta de resultados.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que

o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é determinado utilizando o seu preço de compra corrente (*bid-price*) publicado pela Bloomberg ou, na falta desta pela bolsa onde os ativos estão cotados. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados, de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor e as ações não cotadas são registados ao custo de aquisição.

Os ativos financeiros a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

iv) Imparidade

A Companhia avalia, regularmente, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

A Companhia considera que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objetiva de:

- para os títulos de rendimento variável: (i) uma desvalorização continuada (pelo menos 12 meses) e em que o valor de mercado se encontre abaixo do valor de aquisição; ou (ii) uma desvalorização significativa na valorização (mais de 30% do respetivo valor de aquisição), e a Companhia efetua ainda uma análise casuística, título a título, pelo que, independentemente de não se verificarem os critérios referidos acima, pode ser reconhecida uma imparidade.

Deve ser reconhecida a imparidade a todos os títulos que tenham sido objeto de imparidade anteriormente, sempre que se verifique uma quebra relativamente ao seu valor de custo, desde a última data de imparidade.

- (b) para os títulos de rendimento fixo: existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para os resultados.

Relativamente aos títulos de rendimento variável, a imparidade terá que ser reforçada, sempre que a perda potencial em reservas aumente.

No caso dos títulos de rendimento fixo, se num período subsequente o montante da perda potencial diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, sempre que o aumento for, objetivamente, relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

v) Transferências entre categorias

Em outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Ativos financeiros detidos até à maturidade ("*Held-to-maturity*"), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- Se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou
- Quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de ativos financeiros reconhecidos na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas em determinadas circunstâncias.

A Companhia adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros, conforme descrito na Nota 6.

e) Outros instrumentos financeiros – derivados embutidos

Os instrumentos financeiros com derivados embutidos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou

com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos, e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

A Lusitania procede ao desreconhecimento dos passivos financeiros quando os mesmos são cancelados ou extintos.

g) Ativos fixos tangíveis e intangíveis

i) Ativos fixos tangíveis

Estes bens estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição e as suas depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

	Taxas anuais	Vida útil estimada
Instalações	10%	10 anos
Máquinas e aparelhos	10 - 25%	4 a 10 anos
Equipamento informático	25 - 33.33%	3 a 4 anos
Mobiliário e equipamento	10 - 33%	3 a 10 anos
Material de transporte	25%	4 anos

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, a IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado tendo por base o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

ii) Terrenos e Edifícios de Uso Próprio

Os terrenos e edifícios são registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e de perdas por imparidade. As depreciações são efetuadas de acordo com a sua vida útil esperada, como segue:

	Taxas anuais	Vida útil estimada
Imóveis	2% - 4%	25 a 50 anos

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado tendo por base o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

iii) Ativos intangíveis

O *software* e as despesas em edifícios arrendados são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição / investimento e as suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a respetiva vida útil estimada:

	Taxas Anuais	Vida útil estimada
<i>Software</i>	33%	3 anos
Despesas em edifícios arrendados	33%	3 anos

Como resultado da aquisição da Real Seguros (ver Nota 1) e decorrendo da aplicação da IFRS 3, a Companhia reconheceu o valor da carteira adquirida à Real Seguros, por referência à respetiva data de tomada de controlo daquela Companhia (2 de novembro de 2009). O valor da carteira foi determinado através da atualização dos *cashflows* futuros associados às apólices em vigor à data da aquisição, incluindo um ajustamento que reflete o custo do capital investido no negócio adquirido. O valor da carteira é sujeito a testes de recuperabilidade no final de cada período de reporte, por forma a apurar que o valor capitalizado não excede o valor presente dos lucros futuros. A Companhia amortiza o valor da carteira durante a vida útil dos contratos (apólices) adquiridos, na proporção dos lucros futuros esperados.

Como resultado da aquisição da Real Seguros em 2009, a Companhia reconheceu um *goodwill*, decorrente do excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos adquiridos, o qual foi adicionado àqueles que transitaram do passado (anterior

plano de contas), relativos às aquisições das carteiras da Genesis e da Royal Sun Alliance. A Companhia testa a recuperabilidade do *goodwill* reconhecido anualmente, ou com maior frequência, se eventos ou circunstâncias indicarem uma perda de valor do novo negócio adquirido.

iv) Imparidade de ativos não financeiros

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

De acordo com a IAS 36, o valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados.

h) Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas na medida em que seja expetável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as referidas diferenças. Ver, a este propósito, o explicitado na Nota 24, Imposto sobre o rendimento.

i) Responsabilidades por férias e subsídios de férias

Este passivo corresponde a cerca de dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseados nos valores do exercício, e destinam-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada período perante os empregados, pelos serviços prestados até aquela data, a pagar posteriormente.

j) Benefícios aos empregados

Pensões - Plano de benefício definido

Em conformidade com o Contrato Coletivo de Trabalho vigente até 31/12/2011 para o setor de seguros, a Companhia concedia aos trabalhadores que compõem o quadro de pessoal permanente da Lusitania, admitidos até 31/10/2009, a todos os trabalhadores pré-reformados que se encontravam a receber uma pensão de pré-reforma e ainda, aos trabalhadores integrados no quadro permanente da Lusitania após 31/12/2009, com contratos de trabalho em vigor na atividade seguradora em 22/06/1995, prestações pecuniárias para o complemento de reformas atribuídas pela Segurança Social. Para este efeito constituiu um fundo de pensões que se destinava a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência relativamente ao seu pessoal no ativo e pré-reformados, calculados em função dos salários projetados, e adquiriu rendas temporárias e/ou vitalícias.

As contribuições para o Fundo são determinadas de acordo com o respetivo plano técnico atuarial e financeiro, o qual é revisto anualmente, de acordo com a técnica atuarial, e ajustado em função da atualização das pensões, da evolução do grupo de participantes e das responsabilidades a garantir e, ainda, de acordo com a política prosseguida pela Companhia, de cobertura total das responsabilidades atuarialmente determinadas.

A cobertura das responsabilidades com os complementos de pensões de reforma do pessoal no ativo e dos reformados é assegurada pelo Fundo de Pensões Lusitania, gerido pela Lusitania Vida.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Quanto às alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixaram de estar abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida; (ii) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2012 por perda de benefícios e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano, o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, foi convertido em contas individuais desses

trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. De acordo com a IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (“*settlement*”).

A responsabilidade líquida da Companhia relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

A Companhia reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas e pré-reformas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

k) Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

l) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são igualmente incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos), são reconhecidos quando recebidos.

m) Relato por segmentos

Ver Nota 2.

n) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

o) Propriedades de investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispendios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

p) Transações em moeda estrangeira

As conversões para euros das transações em moeda estrangeira são efetuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem.

Os valores dos ativos expressos em moeda de países não participantes na União Económica Europeia (UEM) foram convertidos para euros utilizando o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data de balanço são contabilizadas na conta de ganhos e perdas do exercício.

q) Investimentos em Subsidiárias e Associadas

As participações em Subsidiárias e Associadas são registadas ao custo de aquisição, sujeitas a testes de imparidade.

Subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pela Companhia. A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo.

Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.

Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado, anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

r) Empréstimos concedidos

Os empréstimos concedidos aos mediadores são efetuados através de contratos mútuos e com garantias reais.

Relativamente a empréstimos de outra natureza são concedidos com garantia hipotecária.

s) Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período

da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

t) Outros devedores e credores por operações de seguros e outras operações

Em todos os devedores, os créditos encontram-se valorizados ao custo amortizado líquido dos ajustamentos efetuados, nos termos de normas específicas da ASF sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos e em mora relevados em contas de terceiros e sem garantia real adequada.

u) Acréscimos e diferimentos

A aplicação do princípio da especialização dos exercícios conduz à existência de ativos e passivos, que são perdas ou ganhos por reconhecer e já liquidados, ou perdas ou ganhos já reconhecidos e ainda por liquidar.

v) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

x) Gastos por natureza imputados às funções

Em conformidade com o nº 2.2. do Plano de Contas para as Empresas de Seguros, e em cumprimento da alínea c) do ponto 1 artigo 3º da Norma Regulamentar 21/2003-R, de 26 de dezembro, da ASF.

Imputação dos custos por funções

Na medida do possível, todos os custos são imputados diretamente às funções na fase da contabilização por natureza.

Todos os casos em que não seja possível a imputação direta à função são enquadrados numa função genérica.

Periodicamente, para o acumulado de custos da função genérica, é feita uma imputação indireta às funções definidas, na proporção dos custos que, no período em análise, tenham sido imputados diretamente às referidas funções.

Imputação dos custos por ramos

A imputação aos ramos é feita após a imputação às funções, ou seja, aquando da entrada nas contas de custos por funções.

Em cada ramo é levada em consideração a componente direta evidente e a componente indireta que resulta da aplicação de determinados critérios ao montante de custos não diretamente imputados.

Esses critérios são os seguintes:

- função sinistros – proporcionalmente ao número de processos de sinistros abertos no período;
- função aquisição – proporcionalmente à produção (receita) nova;
- função administrativa – proporcionalmente à receita;
- função investimentos – proporcionalmente à média das provisões técnicas no início e no fim do período.

Principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Companhia incluem as abaixo apresentadas.

a) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo face ao respetivo custo de aquisição.

A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. De acordo com as políticas da Companhia, uma desvalorização de 30% no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cashflows* futuros estimados para títulos de dívida.

No julgamento efetuado, a Companhia avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços das ações. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, que requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

b) Provisões técnicas e passivos financeiros relativos a contratos de seguro

As provisões técnicas, incluindo provisões para sinistros, correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos de seguro.

As provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho foram determinadas tendo por base vários pressupostos, nomeadamente, mortalidade, longevidade e taxa de juro, que são aplicáveis a cada uma das coberturas, incluindo uma margem de risco e incerteza.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para prémios não adquiridos, (ii) provisão para riscos em curso, e (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respetivas.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

As provisões são revistas periodicamente. A Companhia regista provisões para sinistros dos ramos não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos, nomeadamente, alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente, numa base prospetiva.

c) Cálculo da vida útil estimada para ativos fixos tangíveis, incluindo imóveis, e ativos intangíveis

A vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis é revista em cada período de relato. No âmbito destas rubricas, a Companhia concede um grau particular de monitorização à vida útil dos imóveis de serviço próprio e da carteira de apólices adquirida à Real Seguros. Alterações à vida útil destes ativos são tratadas prospetivamente.

d) Determinação de responsabilidades com benefícios pós-emprego: pressupostos utilizados.

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

e) Impostos sobre os lucros

O cálculo dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas podem conduzir a um diferente nível de imposto calculado, reconhecido no período, quer corrente quer diferido. De acordo com a legislação fiscal em vigor, existe a possibilidade de as Autoridades Fiscais, poderem rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia, caso existam prejuízos fiscais durante um período de quatro a seis anos.

Assim sendo, é possível que haja correções à matéria coletável, resultante principalmente de diferenças de interpretação da legislação fiscal em vigor. Contudo, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

f) Imparidade em subsidiárias e associadas

A Companhia avalia anualmente o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados da Sociedade.

g) Imparidade de goodwill

O valor recuperável do *goodwill* registado no ativo da Companhia é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço das entidades do Grupo para as quais se encontra reconhecido no ativo o respetivo *goodwill*, é comparado com o seu valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao *goodwill* quando o valor recuperável da entidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco

associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

4. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro

4.1. Prestação de informação que permita identificar e explicar as quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro

A evolução dos montantes pagos pode ser analisada como segue:

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
2005	40.709.167	19.820.791	13.040.321	10.511.579	9.240.994	15.548.154	12.233.074	11.076.819	9.773.685	9.345.709
2006		55.393.184	25.971.066	18.020.173	14.655.677	23.884.492	20.416.490	19.028.551	16.275.733	16.392.019
2007			50.084.872	23.758.984	15.951.726	23.101.932	19.614.212	18.314.452	16.601.106	12.519.574
2008				44.686.803	19.371.473	27.787.386	20.683.780	18.797.845	15.227.478	12.746.512
2009					40.372.340	41.031.932	22.721.717	19.265.024	14.841.069	12.622.426
2010						82.713.823	33.485.554	22.631.468	17.415.082	13.828.668
2011							85.602.010	38.828.193	28.949.974	20.184.749
2012								65.509.306	31.899.003	19.457.270
2013									60.290.537	23.170.519
2014										59.597.397
Montantes pagos para os anos de ocorrência	36.379.321	75.398.048	88.026.989	81.351.557	82.043.807	163.675.859	178.788.205	176.673.116	150.516.903	142.761.303

Neste quadro são apresentados os montantes pagos associados aos sinistros compreendidos entre 2005 e 2014.

O desenvolvimento da provisão relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos é analisado como segue:

Ramos / Grupos de ramos	Provisão para sinistros	Custos com sinistros *	Provisão para sinistros *	Reajustamentos
	em 31/12/2013	montantes pagos no exercício	em 31/12/2014	(3)+(2)-(1)
	(1)	(2)	(3)	
ACIDENTES E DOENÇA	128.787.979	21.130.540	109.035.999	1.378.561
INCÊNDIO E OUTROS DANOS AUTOMÓVEL	18.278.831	8.189.544	10.706.088	616.800
-RESPONSABILIDADE CIVIL	79.907.825	26.652.507	47.615.065	(5.640.253)
-OUTRAS COBERTURAS	9.994.597	3.845.014	4.523.152	(1.626.431)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	11.452.858	6.820.229	7.051.200	2.418.571
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	12.744.069	1.644.118	9.188.673	(1.911.278)
CRÉDITO E CAUÇÃO	1.043.880	133.569	994.551	84.240
PROTEÇÃO JURÍDICA	12.989	18.910	4.428	10.349
ASSISTÊNCIA	603	155	393	(55)
DIVERSOS	1.010.525	102.582	827.625	(80.318)
TOTAL GERAL	263.234.155	68.537.167	189.947.172	(4.749.815)

* Sinistros ocorridos no ano 2013 e anteriores

As provisões incluem Euros 11.664.918 (2013: Euros 11.193.082), para sinistros abertos posteriormente ao exercício de ocorrência (IBNR). Adicionalmente, incluem uma provisão para despesas de regularização de sinistros no montante de Euros 2.124.186 (2013: Euros 2.124.186).

A provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho inclui o montante de Euros 97.903.412 (2013: Euros 93.964.825) relativo à provisão matemática de Acidentes de Trabalho, com impacto da alteração da taxa de desconto.

Em 31 de Dezembro de 2014, a Lusitania alterou a taxa de desconto associada ao cálculo do valor atual das responsabilidades de Acidentes de Trabalho de 4,5% para 4,25%. O impacto nas demonstrações financeiras ascendeu a Euros 2.751.000.

Os custos com sinistros por ramos são analisados como segue:

2014				
Ramos / Grupos de ramos	Montantes pagos - - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	38.177.311	4.251.147	1.447.223	43.875.681
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	22.547.989	1.726.889	(944.339)	23.330.539
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	44.542.511	2.831.761	(13.603.225)	33.771.047
- OUTRAS COBERTURAS	14.360.268	1.376.360	(97.393)	15.639.235
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	10.614.410	128.384	3.807.307	14.550.100
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	1.793.383	136.212	(2.796.123)	(866.528)
CRÉDITO E CAUÇÃO	131.498	2.071	(48.856)	84.713
PROTECÇÃO JURÍDICA	190	37.939	(7.297)	30.832
ASSISTÊNCIA	121	69	480	670
DIVERSOS	102.225	566	30.959	133.750
TOTAL	132.269.906	10.491.397	(12.211.264)	130.550.040
RESSEGURO ACEITE	1.509.035	3.413	-	1.512.448
TOTAL GERAL	133.778.941	10.494.811	(12.211.264)	132.062.488

2013				
Ramos / Grupos de ramos	Montantes pagos - - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	39.524.599	4.454.182	(3.267.919)	40.710.862
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	27.956.266	1.734.942	(2.814.686)	26.876.521
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	44.294.860	3.295.843	(4.754.054)	42.836.650
- OUTRAS COBERTURAS	17.102.150	1.452.857	(1.731.192)	16.823.814
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	13.028.439	137.613	5.800.981	18.967.034
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	2.072.096	156.614	276.586	2.505.296
CRÉDITO E CAUÇÃO	111.605	1.957	427.268	540.829
PROTECÇÃO JURÍDICA	1.256	43.503	(10.041)	34.718
ASSISTÊNCIA	154	232	(2.227)	(1.840)
DIVERSOS	1.082.090	1.478	(989.206)	94.363
TOTAL	145.173.515	11.279.221	(7.064.490)	149.388.246
RESSEGURO ACEITE	1.671.198	4.659	-	1.675.857
TOTAL GERAL	146.844.713	11.283.880	(7.064.490)	151.064.103

4.2. Prestação de informação que permita avaliar a natureza e a extensão dos riscos específicos de seguros, nomeadamente:

a) Objetivos, políticas e processos de gestão dos riscos resultantes de contratos de seguro e os métodos usados para gerir esses riscos, incluindo uma descrição do processo de aceitação, avaliação, monitorização e controlo desses riscos;

As empresas de seguros assumem riscos através dos contratos de seguro, os quais classificamos na categoria do Risco Específico de Seguros.

Os riscos específicos de seguros são os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. São aplicáveis a todos os ramos de atividade e podem subdividir-se em diferentes subriscos:

- **Risco de Desenho dos Produtos:** risco de a empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato.

- **Risco de Prémios:** relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices atualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarifação).

- **Risco de Subscrição:** risco de exposição a perdas financeiras relacionadas com a seleção e aprovação dos riscos a segurar.

- **Risco de Provisionamento:** é o risco de, no futuro, as provisões para sinistros constituídos serem insuficientes para fazer face aos custos com sinistros já ocorridos.

- **Risco de Sinistralidade:** é o risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado, ou de que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas.

- **Risco de Retenção:** é o risco de uma maior retenção de riscos (menor proteção de resseguro) poder gerar perdas, devido à ocorrência de eventos catastróficos ou a uma sinistralidade mais elevada.

- **Risco Catastrófico:** resulta de eventos extremos, que implicam a devastação de propriedade, ou a morte/ferimento de pessoas, geralmente devido a calamidades naturais (terramotos, furacões, inundações). É o risco de que um evento único, ou uma série de eventos de elevada magnitude, normalmente num período curto (até 72 horas), implique um desvio significativo no número e custo dos sinistros, em relação ao que era estimado.

O risco específico de seguros pode ser mitigado pela política de resseguro, através da qual, uma parte dos riscos assumidos pela Companhia de Seguros é transferida para uma resseguradora (ou um conjunto de resseguradoras).

Um dos riscos mais relevantes é o de subscrição. Representa os vários tipos de riscos que estão, direta ou indiretamente, associados às bases técnicas de cálculo dos prémios e das provisões. O aumento da frequência de sinistralidade, ou acréscimo excessivo das despesas de gestão, pode gerar incapacidade na garantia das obrigações. Estes riscos podem assumir a forma de subtarifação, que se traduz em insuficiência de prémios.

O risco de prémios, ou de subtarifação, é controlado por modelos atuariais que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões.

A exposição aos maiores riscos está devidamente assegurada pela proteção dos respetivos tratados de resseguro, a cargo de um conjunto de resseguradores líderes de mercado.

A concentração de riscos pode levar a perdas potenciais consideráveis, pelo que a Lusitania tem feito um esforço, nos últimos anos, em diversificar o seu negócio, não apenas ao nível dos clientes, mas também ao nível dos produtos.

O peso da carteira Automóvel fixou-se, em 2014, em 38,4% do total do negócio, tendo os clientes particulares o maior peso. Estes resultados refletem a estratégia de dispersão de riscos. Com efeito, situação traduz uma transferência de grandes riscos, associados a grandes empresas, para uma carteira *risk mix*, reduzindo o impacto da respetiva volatilidade. Foram, também, criadas novas soluções orientadas para estes segmentos, com características mais adequadas ao perfil de cada tipo de cliente.

b) Sobre o risco específico de seguros (antes e após resseguro), incluindo informações acerca das análises de sensibilidade efetuadas, concentrações de risco e sinistros efetivos comparados com estimativas anteriores.

A Lusitania efetua análises de sensibilidade no decurso dos estudos atuariais para determinar a adequabilidade dos prémios e do índice de provisionamento e respetivos impactos ao nível do resultado.

Com o intuito de verificar o ajustamento da estimativa de sinistros não declarados aos valores efetivamente verificados, apurou-se o seguinte:

		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Acidentes de Trabalho	Previstos para 2014	0	1	1	7	30	36	561	637
	Abertos 2014	0	1	0	2	7	8	185	203
	Diferença	0	(0)	1	5	23	28	376	434
Automóvel	Previstos para 2014	2	5	6	15	64	131	2.434	2.657
	Abertos 2014	9	4	6	13	24	43	1.074	1.173
	Diferença	(7)	1	0	2	40	88	1.360	1.484
Saúde - cashflow previsto e realizado	Previstos para 2014	8.222	931	17.143	13.671	20.674	44.075	1.380.821	1.485.537
	Verificado 2014	0	3.971	2.092	6.230	35.739	51.838	1.063.798	1.163.667
	Diferença	8.222	(3.040)	15.051	7.441	(15.065)	(7.764)	317.024	321.870
MR Habitação	Previstos para 2014	2	2	2	4	8	23	1.089	1.130
	Abertos 2014	0	1	5	4	2	18	1.032	1.062
	Diferença	2	1	(3)	0	6	5	57	68
MR Comércio	Previstos para 2014	0	0	0	1	2	8	184	195
	Abertos 2014	1	0	1	3	2	10	138	155
	Diferença	(1)	0	(1)	(2)	0	(2)	46	40

Entendeu-se como relevante efetuar testes de sensibilidade que se passam a descrever:

- A diminuição da taxa técnica implícita ao cálculo das provisões matemáticas das pensões não obrigatoriamente remíveis, assim como da provisão com encargos futuros com assistência vitalícia a sinistrados com incapacidade permanente e encargos futuros com o Fundo de Acidentes de Trabalho, em 50 pontos base, provoca uma variação das mesmas em Euros 6.1 milhões;
- Na análise de sensibilidade à modalidade de Acidentes de Trabalho, a variação dos custos com sinistros em 5% provoca uma alteração na taxa de sinistralidade que passa de 89,0% para 95,5% dos prémios adquiridos.
- Elaborada análise semelhante em relação ao ramo Automóvel, observa-se uma alteração da sinistralidade de 66,7% para 71,6%.

Por outro lado, a Lusitania realiza análises de sensibilidade às principais rubricas de custos relacionados com a gestão do negócio, avaliando os eventuais impactos nos resultados antes de impostos:

2014		Variação custos com sinistros								
Euros 000		-20%	-15%	-10%	-5%	0	5%	10%	15%	20%
Variação custos de exploração	-20%	36.109	28.096	20.082	12.069	4.056	-3.957	-11.971	-19.984	-27.997
	-15%	35.095	27.082	19.068	11.055	3.042	-4.971	-12.985	-20.998	-29.011
	-10%	34.081	26.068	18.054	10.041	2.028	-5.985	-13.999	-22.012	-30.025
	-5%	33.067	25.054	17.040	9.027	1.014	-6.999	-15.013	-23.026	-31.039
	0%	32.053	24.040	16.027	8.013	0	-8.013	-16.027	-24.040	-32.053
	5%	31.039	23.026	15.013	6.999	-1.014	-9.027	-17.040	-25.054	-33.067
	10%	30.025	22.012	13.999	5.985	-2.028	-10.041	-18.054	-26.068	-34.081
	15%	29.011	20.998	12.985	4.971	-3.042	-11.055	-19.068	-27.082	-35.095
	20%	27.997	19.984	11.971	3.957	-4.056	-12.069	-20.082	-28.096	-36.109

2013 Euros 000		Variação custos com sinistros								
		-20%	-15%	-10%	-5%	0	5%	10%	15%	20%
Variação custos de exploração	-20%	44.381	35.773	25.992	16.141	5.908	-4.455	-14.929	-25.453	-35.978
	-15%	43.262	34.461	24.679	14.794	4.431	-5.932	-16.423	-26.948	-37.472
	-10%	42.143	33.148	23.365	13.317	2.954	-7.410	-17.917	-28.442	-38.966
	-5%	41.024	31.835	22.052	11.840	1.477	-8.888	-19.412	-29.936	-40.460
	0%	39.905	30.522	20.726	10.363	0	-10.382	-20.906	-31.430	-41.954
	5%	38.784	29.206	19.246	8.883	-1.479	-11.878	-22.403	-32.927	-43.451
	10%	37.629	27.891	17.767	7.404	-2.959	-13.375	-23.899	-34.423	-44.948
	15%	36.313	26.575	16.287	5.925	-4.438	-14.872	-25.396	-35.920	-46.444
	20%	34.998	25.105	14.808	4.445	-5.918	-16.368	-26.892	-37.417	-47.941

4.3. Prestação de informação quantitativa e qualitativa acerca do risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional. A informação qualitativa deve incluir, nomeadamente, a exposição ao risco e a origem dos riscos, objetivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos e os métodos utilizados para mensurar os riscos, assim como alterações face ao período anterior.

A Lusitania está exposta a uma variedade de riscos através dos seus ativos financeiros, ativos de resseguro e passivos, podendo mesmo considerar-se, num sentido lato, que todos os riscos a que a Companhia está exposta são financeiros, por se poderem traduzir em perdas económicas e numa deterioração nos níveis de solvência. Paralelamente a esta consideração, resulta o fato de o risco financeiro, a que a Companhia está exposta, corresponder à potencial incapacidade de cumprir com as suas responsabilidades, em consequência de os rendimentos gerados pelos ativos não conseguirem cobrir as obrigações decorrentes dos contratos de seguro.

Existe um conjunto de riscos diretamente relacionados com a gestão financeira da Companhia, abrangendo as funções investimento, financiamento e a gestão integrada dos ativos e passivos financeiros, e não diretamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros, e incluem, entre outros, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

Os principais riscos financeiros a que a Companhia está exposta são:

• Risco de Mercado

O risco de mercado deriva do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros relacionados com variações dos mercados cambiais, dos mercados de ações, das taxas de juro, do valor do imobiliário e do nível de concentração. O risco de mercado inclui ainda os riscos associados ao uso de instrumentos derivados e está fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos.

Na Lusitania, a gestão do risco de mercado respeita as regras de afetação de ativos por classe e tipo de emitente e pauta-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

**Composição dos investimentos financeiros,
investimentos em subsidiárias e associadas, imóveis e coleção de arte por país
emitente**

	2014		2013	
	Valor	%	Valor	%
Portugal	299.588.719	93,7%	285.990.750	84,4%
Espanha	4.364.744	1,4%	1.196.130	0,4%
França	-	0,0%	12.477.009	3,7%
Alemanha	809.655	0,3%	594.507	0,2%
Estados Unidos	2.722.587	0,9%	742.866	0,2%
Países Baixos	-	0,0%	16.104.912	4,8%
Reino Unido	4.685.606	1,5%	5.066.150	1,5%
Itália	1.338.550	0,4%	2.429.406	0,7%
Áustria	-	0,0%	8.165.390	2,4%
Luxemburgo	269.722	0,1%	-	0,0%
Outros	5.791.454	1,8%	6.086.861	1,8%
TOTAL	319.571.037	100,0%	338.853.981	100,0%

À exceção de um título moçambicano, a totalidade da carteira da Companhia está denominada em euros.

Tipo de taxa da carteira de obrigações

	2014		2013	
	Valor	%	Valor	%
Fixa	107.427.892	79,2%	126.947.592	77,5%
Variável	28.154.157	20,8%	36.904.148	22,5%
TOTAL	135.582.049	100,0%	163.851.740	100,0%

Relativamente aos riscos de taxa de juro, acionista e imobiliário, a Lusitania, acompanha a sua evolução, tendo em conta a valorização dos ativos a preços de mercado, e analisa um conjunto de indicadores, entre os quais se conta o VaR dos títulos financeiros, que apresentam preços em mercados líquidos. O objetivo é acompanhar as tendências que podem afetar as carteiras de investimento da Companhia.

No caso das análises de sensibilidade, os indicadores são acompanhados para as classes de investimento mais relevantes: obrigações, ações e imobiliário.

**Evolução da duration (D) e convexidade (C)
da carteira de obrigações**

4º T 2013		4º T 2014	
D	C	D	C
3,7	28,7	4,9	48,2

O valor da *duration* da carteira de obrigações global aumentou no final de 2014, o que significa uma maior exposição às variações nas taxas de juro.

Sensibilidade a efeitos isolados – Taxas de Juro

Carteira de obrigações em análise	Variação na Taxa de Juro				
	Valor em dez 2014	-1%	0%	1%	Duration Convexidade
	133.392	140.250	133.392	127.178	4,9 48,2

Unidade: milhares de euros

Sensibilidade a efeitos isolados – Ações

Carteira de ativos financeiros em análise ^a	Impacto na carteira	Variação no Valor das Ações ^b			Impacto na carteira
		-10%	0%	10%	
Valor em dez 2014		-10%	0%	10%	
192.767	-2,67%	46.375	51.528	56.681	2,67%

Unidade: milhares de euros

(a) O valor da carteira inclui as classes de obrigações, ações, fundos de investimento e outros. Não considera imobiliário nem depósitos a prazo.

(b) O valor das ações considera o investimento direto e os fundos de investimento em ações.

Sensibilidade a efeitos isolados – Imobiliário

Carteira de investimentos financeiros em análise ^a	Impacto na carteira	Variação no Valor do Imobiliário ^b			Impacto na carteira
		-5%	0%	5%	
Valor em dez 2014		-5%	0%	5%	
284.100	-1,47%	79.096	83.259	87.422	1,47%

Unidade: milhares de euros

(a) O valor da carteira inclui as classes de obrigações, ações, imobiliário, fundos de investimento, depósitos a prazo e outros.

(b) O valor do imobiliário inclui terrenos, edifícios e fundos de investimento imobiliário.

• Risco de Crédito

O risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transações financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores, tomadores de seguros, cosseguradoras e resseguradoras.

O risco de crédito é gerido essencialmente com base na política de gestão de investimentos em vigor na Companhia, sendo efetuada uma gestão e monitorização permanente das carteiras de títulos conjunta entre a Direção Financeira e a Sociedade Gestora de Ativos Financeiros do Grupo Montepio.

Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas quer no plano das metodologias de ferramentas de avaliação e controlo dos riscos quer ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

Rating da carteira de obrigações

	2014		2013	
	Valor	%	Valor	%
AAA	-	0,0%	15.763.164	9,6%
AA+	-	0,0%	7.738.656	4,7%
AA-	-	0,0%	11.875.160	7,2%
A+	-	0,0%	-	0,0%
A	809.655	0,6%	199.572	0,1%
A-	1.623.304	1,2%	1.442.866	0,9%
BBB+	4.133.932	3,0%	-	0,0%
BBB	1.307.774	1,0%	2.864.292	1,7%
BBB-	852.497	0,6%	4.602.006	2,8%
BB+	3.873.890	2,9%	6.939.317	4,2%
BB	6.103.428	4,5%	44.508.136	27,2%
BB-	84.383.662	62,2%	7.138.456	4,4%
B+	-	0,0%	27.742.151	16,9%
B	219.305	0,2%	2.925.310	1,8%
B-	-	0,0%	516721,78	0,3%
CCC	-	0,0%	28.992.870	17,7%
CCC+	1.525.995	1,1%	-	0,0%
D	-	0,0%	-	0,0%
Desconhecido	30.748.607	22,7%	603.062	0,4%
TOTAL	135.582.049	100,0%	163.851.740	100,0%

No que se refere aos resseguradores, estes são selecionados criteriosamente, em função não somente da respetiva capacidade de suporte técnico e geração de valor para a Companhia, como também da solidez económico-financeira que evidenciam.

Painel de resseguradores e respetivo *rating*

Ressegurador	Rating
Swiss Re (leader)	AA-
Münchener Rück	AA-
PartnerRe	A+
R+V Versicherungs	AA-
QBE Secura	A+
SCOR	A+
Mapfre Re	A
Nacional Reaseguros	A-
Sirius	A
Catlin	A
Odyssey Re	A
Amlin	A+
Endurance	A
Canopus	A-
Axis Re	A+
XL	A+
Assurances M France	*

* Empresa mútua não cotada em bolsa

Relativamente aos mediadores, a seleção dos nossos parceiros é efetuada de acordo com os pressupostos definidos na proposta de valor para a rede de mediação. De igual modo, a atribuição da capacidade de cobrança depende da avaliação da capacidade, competência e idoneidade do mediador, sendo objeto de acompanhamento permanente pela área de Gestão de Contas

• Risco de Liquidez

Risco que advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários, por forma a cumprir com responsabilidades para com os tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando elas forem devidas.

A Lusitania tem definido processos regulares de gestão das necessidades de liquidez, que permitem assegurar o cumprimento das obrigações previstas e a aplicação financeira dos excedentes verificados nas contas bancárias.

As maturidades relativas aos instrumentos financeiros são analisadas como segue:

Risco de liquidez 2014	até 12 meses Maturidade	1-2 anos Maturidade	2-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Maturidade Indeterminada	Total
Caixa e equivalentes	12.739.961	-	-	-	-	12.739.961
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	209.344	2.364.581	2.573.925
Outros emissores	-	-	-	209.344	-	209.344
Instrumentos de capital e unidades de participação	-	-	-	-	2.364.581	2.364.581
Ativos financeiros disponíveis para venda	16.141.230	4.247.371	20.722.394	62.558.973	34.041.795	137.711.763
Dívida pública	-	210.955	-	60.929.670	8.379	61.149.004
Outros emissores	16.141.230	4.036.416	20.722.394	1.629.303	5.202.316	47.731.659
Ações	-	-	-	-	19.329.125	19.329.125
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	-	-	-	-	9.501.975	9.501.975
Investimentos a deter até maturidade	2.083.884	-	10.356.431	14.261.072	-	26.701.387
De dívida pública	2.083.884	-	5.782.176	12.005.151	-	19.871.211
De outros emissores	-	-	4.574.254	2.255.922	-	6.830.176
Empréstimos e contas a receber	15.462.700	-	-	-	14.594.021	30.056.721
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	56.788.088	-	-	-	-	56.788.088
Total dos ativos financeiros	103.215.863	4.247.371	31.078.825	77.029.389	51.000.397	266.571.846
Passivos financeiros	7.199.189	-	-	-	11.500.000	18.699.189
Outros credores por operações de seguros e outras operações	22.328.597	-	-	-	-	22.328.597
Total dos passivos financeiros	29.527.786	-	-	-	11.500.000	41.027.786
Líquido	73.688.077	4.247.371	31.078.825	77.029.389	39.500.397	225.544.060

Risco de liquidez 2013	até 12 meses Maturidade	1-2 anos Maturidade	2-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Maturidade Indeterminada	Total
Caixa e equivalentes e depósitos à ordem	10.160.576	-	-	-	-	10.160.576
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	107.971	-	-	107.971
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	4.841.306	4.841.306
Outros emissores	-	-	-	-	2.107.973	2.107.973
Instrumentos de capital e unidades de participação	-	-	-	-	2.733.332	2.733.332
Ativos financeiros disponíveis para venda	53.526.442	5.558.433	13.836.421	75.304.553	4.818.948	153.044.797
Dívida pública	1.182.228	503.709	209.535	67.716.883	-	69.612.354
Outros emissores	18.298.263	5.054.725	13.626.886	7.587.670	4.818.948	49.386.492
Ações	20.528.716	-	-	-	-	20.528.716
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	13.517.235	-	-	-	-	13.517.235
Investimentos a deter até maturidade	16.416.022	2.040.823	3.570.324	20.609.781	-	42.636.951
De dívida pública	11.213.532	2.040.823	3.570.324	13.975.404	-	30.800.084
De outros emissores	5.202.490	-	-	6.634.377	-	11.836.868
Empréstimos e contas a receber	5.079.325	-	11.295.659	-	15.501.999	31.876.982
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	69.887.267	-	-	-	-	69.887.267
Total dos ativos financeiros	155.069.631	7.599.256	28.810.375	95.914.335	25.162.252	312.555.849
Passivos financeiros	13.077.815	-	-	-	20.500.000	33.577.815
Outros credores por operações de seguros e outras operações	36.583.908	-	-	-	-	36.583.908
Total dos passivos financeiros	49.661.723	-	-	-	20.500.000	70.161.723
Líquido	105.407.908	7.599.256	28.810.375	95.914.335	4.662.252	242.394.126

• Risco Operacional

Trata-se do risco de perdas resultante da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas e ao não cumprimento das normas e regras estabelecidas. Inclui ainda, por exemplo, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos sistemas, nos contratos de prestação de serviços em *outsourcing* e no plano de continuidade do negócio.

De modo a mitigar o risco operacional, elevou-se o grau de informação na cadeia de valor, com um novo desenvolvimento para identificar os riscos associados a cada processo, classificando frequências e riscos, bem como a identificação dos controlos. Adicionalmente, encontra-se já desenvolvido um modelo com indicadores de gestão operacional referente a processos críticos de negócio.

A Lusitania implementou um Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI), de acordo com a norma ISO 27001, que responde aos requisitos para o estabelecimento, implementação, operação, monitorização, revisão, manutenção e melhoria de um sistema documentado de gestão da segurança da informação, no contexto dos riscos da atividade da Companhia.

No âmbito da segurança, foi realizado um teste ao Plano de Continuidade de Negócio (PCN) e à capacidade de recuperar o funcionamento das diversas unidades operacionais, já no início do corrente ano. O teste foi realizado num balcão onde foi verificada a capacidade de acolher postos de trabalho para fazer face a uma situação de desastre, tendo sido detetados alguns aspetos a melhorar que estão a ser endereçados. Para atestar a validade do PCN, os testes evidenciaram a robustez dos sistemas de informação e a capacidade de resposta dos equipamentos e da equipa responsável.

4.4. Imparidade reconhecida relativamente a ativos de resseguro

Não se verificaram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 perdas de imparidade relativamente a ativos de resseguro.

4.6. Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade

Os rácios de sinistralidade são analisados como segue:

Rácios de sinistralidade de seguro direto

Ramo	2014	2013
Acidentes e Doença	78,5%	83,6%
Incêndio e Outros Danos	53,1%	63,9%
Automóvel	66,7%	78,8%
Transportes	147,9%	177,3%
Responsabilidade Civil	-21,1%	53,9%
Outros	10,6%	30,4%
Total	68,5%	81,5%

Rácio de cedência de sinistros

Ramo	2014	2013
Acidentes e Doença	1,5%	0,2%
Incêndio e Outros Danos	25,5%	36,2%
Automóvel	2,1%	3,3%
Transportes	21,7%	15,5%
Responsabilidade Civil	81,2%	-20,9%
Outros	92,0%	67,8%
Total	7,9%	10,0%

Rácio de sinistralidade de resseguro cedido

Ramo	2014	2013
Acidentes e Doença	50,7%	6,0%
Incêndio e Outros Danos	33,0%	56,2%
Automóvel	15,0%	29,3%
Transportes	75,9%	90,6%
Responsabilidade Civil	-55,0%	-61,8%
Outros	46,5%	81,8%
Total	31,7%	48,0%

4.7. Montantes recuperáveis, relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os reembolsos reconhecidos são analisados como segue:

Reembolsos	2014	2013
- Em aberto com menos de 1 ano	775.151	2.918.562
- Em aberto com mais de 1 ano	1.970.056	1.889.622
Total	2.745.207	4.808.184

5. Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica de outros passivos financeiros é analisada como segue:

	2014	2013
Depósitos de resseguradores	7.199.189	7.077.815
Empréstimos obrigacionistas	11.500.000	20.500.000
Conta caucionada	-	6.000.000
Total	18.699.189	33.577.815

A rubrica Empréstimos obrigacionistas refere-se a obrigações subordinadas emitidas pela Companhia e integralmente subscritas pela Caixa Económica Montepio Geral e pela Associação Mutualista Montepio Geral, nos montantes de Euros 2.500.000 e Euros 9.000.000, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2013, as obrigações subordinadas foram subscritas pela Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A. e pela Caixa Económica Montepio Geral, nos montantes de Euros 18.000.000 e Euros 2.500.000, respetivamente

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica Conta caucionada é relativa a uma conta caucionada na Caixa Económica Montepio Geral.

6. Instrumentos financeiros

O inventário de títulos e participações está evidenciado no anexo 1.

A rubrica Ativos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	2014 Justo valor	2013 Justo valor
Obrigações		
De outros emissores públicos		
De outros emissores	-	107.971
Total	-	107.971
Os quais desagregam-se do seguinte modo:		
Nível I	-	107.971
Nível II	-	-
Nível III	-	-
	-	107.971

Conforme disposto na IFRS 13, os instrumentos financeiros estão mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgadas por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.

- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas, considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas, considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras, cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

A rubrica de Ativos financeiros disponíveis para venda, relativa a 2014 e 2013, é apresentada como segue:

	2014				
	C. Aquisição Amortizado	RJV	Imparidades	Juro	Valor Balanço
Titulos de dívida					
Dívida pública	60.231.023	(2.750)	(296.035)	1.216.765	61.149.003
Outros emissores	50.108.057	(2.374.415)	(329.337)	327.355	47.731.660
	110.339.080	(2.377.165)	(625.372)	1.544.120	108.880.663
Acções	22.323.119	593.858	(3.587.853)	-	19.329.125
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	11.327.772	467.362	(2.293.159)	-	9.501.975
	33.650.891	1.061.220	(5.881.011)	-	28.831.100
Total	143.989.971	(1.315.945)	(6.506.383)	1.544.120	137.711.763

	Nível I	Nível II	Nível III	Custo de aquisição	Total
Titulos de dívida					
Dívida pública	61.149.003	-	-	-	61.149.003
Outros emissores	30.356.121	1.187.021	16.188.518	-	47.731.660
	91.505.124	1.187.021	16.188.518	-	108.880.663
Acções	2.197	-	7.826.893	11.500.034	19.329.125
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	1.759.963	-	7.742.012	-	9.501.975
	1.762.161	-	15.568.905	11.500.034	28.831.100
Total	93.267.285	1.187.021	31.757.423	11.500.034	137.711.763

	2013				
	C. Aquisição Amortizado	RJV	Imparidades	Juro	Valor Balanço
Titulos de dívida					
Dívida pública	68.771.909	(667.540)	-	1.507.985	69.612.354
Outros emissores	52.885.963	(3.590.349)	(317.403)	408.281	49.386.491
	121.657.872	(4.257.889)	(317.403)	1.916.265	118.998.845
Acções	22.776.009	1.381.656	(3.628.949)	-	20.528.716
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	15.500.837	663.922	(2.647.523)	-	13.517.235
	38.276.846	2.045.577	(6.276.472)	-	34.045.951
Total	159.934.718	(2.212.312)	(6.593.875)	1.916.265	153.044.796

	Nível I	Nível II	Nível III	Custo de aquisição	Total
Titulos de dívida					
Dívida pública	69.612.354	-	-	-	69.612.354
Outros emissores	31.393.406	-	17.993.085	-	49.386.491
	101.005.760	-	17.993.085	-	118.998.845
Acções	751.096	11.980.605	2.156.645	5.640.370	20.528.716
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	1.173.809	-	12.343.426	-	13.517.235
	1.924.905	11.980.605	14.500.071	5.640.370	34.045.951
Total	102.930.665	11.980.605	32.493.156	5.640.370	153.044.796

Durante o exercício, as transferências entre níveis ocorridas são como segue: (i) transferência das ações no nível 3 para o custo de aquisição da Montepio Seguros, SGPS, S.A. no montante de Euros 11.500.00, e, (ii) transferência das ações ao custo de aquisição para o nível 3 da Acácia Barain no montante de Euros 4.883.405.

A rubrica de Investimentos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas, relativa a 2014 e 2013, é apresentada como segue:

	2014			
	C. Aquisição	Valias não realizadas	Juro	Valor balanço
Outros emissores	2.191.035	(1.981.691)	-	209.344
Instrumentos de capital e unidades de participação	2.629.369	(264.788)	-	2.364.581
Total	4.820.404	(2.246.479)	-	2.573.925

	Nível I	Nível II	Nível III	Total
Outros emissores	-	-	209.344	209.344
Instrumentos de capital e unidades de participação	-	-	2.364.581	2.364.581
	-	-	2.573.925	2.573.925

	2013		
	C. Aquisição	Valias não realizadas	Valor balanço
Outros emissores	2.158.110	(50.137)	2.107.973
Instrumentos de capital e unidades de participação	2.808.059	(74.727)	2.733.332
Total	4.966.169	(124.864)	4.841.306

Dos quais:

	Nível I	Nível II	Nível III	Total
Outros emissores	2.107.973	-	-	2.107.973
Instrumentos de capital e unidades de participação	-	-	2.733.332	2.733.332
	2.107.973	-	2.733.332	4.841.306

A maioria dos ativos contemplados no nível 3, correspondem a unidades de participação em fundos de investimentos fechados, cujo valor resultou da divulgação do Valor Líquido Global do Fundo (VLGF) determinado pela sociedade gestora, conforme as contas auditadas dos respetivos fundos. O património desses fundos resulta de um conjunto diversificado de ativos e passivos valorizados, nas respetivas contas, ao justo valor, por metodologias internas utilizadas pela sociedade gestora.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de Investimentos a deter até à maturidade é analisada como segue:

	2014		
	Custo aquisição	Juro	Valor Balanço
Títulos de dívida			
De dívida pública	19.371.102	500.109	19.871.211
De outros emissores	6.757.745	72.431	6.830.176
Total	26.128.847	572.540	26.701.387

	2013		
	Custo aquisição	Juro	Valor Balanço
Títulos de dívida			
De dívida pública	30.051.492	748.592	30.800.084
De outros emissores	11.543.292	293.578	11.836.870
Total	41.594.784	1.042.170	42.636.954

O detalhe da rubrica de Empréstimos concedidos e contas a receber é apresentado como segue:

	2014	2013
Depósitos junto de empresas cedentes	189.111	341.704
Outros depósitos	15.273.589	5.079.325
Empréstimos concedidos	14.594.022	26.455.954
Total	30.056.721	31.876.983

A rubrica Empréstimos Concedidos inclui valores entregues à Parvir – Participações, Gestão e Promoção Imobiliária, S.A. no montante de 3 milhões de euros, mantendo-se o capital em dívida inalterado face ao exercício anterior.

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica Empréstimos Concedidos inclui ainda valores entregues à Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A., no montante de 9,89 milhões de euros (2013: 10 milhões de euros).

Durante o exercício de 2011, a Companhia procedeu à transferência de títulos no valor de Euros 31,6 milhões para Investimentos detidos até à maturidade, conforme se apresenta no quadro seguinte:

	Valor de aquisição	Na data de transferência					Valor de mercado em Dezembro de 2014	Reserva de justo valor amortizada até 31.12.2014
		Valor de balanço	Reserva de justo valor		Valor dos cash flows futuros ^(a)	Taxa efectiva ^(b)		
			Positiva	Negativa				
De Activos financeiros disponíveis para venda	28.525.661	31.648.393	-	(3.143.236)	43.674.994	6,4%	32.731.795	1.506.251

(a) Montantes totais de capitais e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas forward decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência.

(b) A taxa efectiva foi calculada com base nas taxas forward decorrentes da curva de rendimento à taxa da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da call, quando aplicável, e a data de maturidade do activo.

(c) A reserva de justo valor amortizada, durante o exercício de 2014, atingiu o valor de 348.546 euros. Em 2013, o montante alcançado foi de 528.088 euros.

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras da Companhia seria o seguinte:

	2014	2013
Impacto em reservas de justo valor	6.030.408	1.585.285
Efeito fiscal	(1.537.754)	(435.953)
Total	4.492.654	1.149.332

6.11. Justo valor

O justo valor dos ativos e passivos financeiros, que estão registados ao custo amortizado, é analisado como segue:

	2014		2013	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	12.739.961	12.739.961	10.160.576	10.160.576
Empréstimos concedidos e contas a receber	30.056.721	30.056.721	31.876.982	31.876.982
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	56.788.088	56.788.088	69.887.267	69.887.267
Investimentos a deter até à maturidade	32.731.795	26.701.387	43.180.066	42.636.951
Activos financeiros ao custo amortizado	132.316.565	126.286.157	155.104.891	154.561.776
Outros passivos financeiros	18.798.089	18.699.189	29.107.390	33.577.815
Outros credores por operações de seguros e outras operações	22.328.597	22.328.597	36.583.908	36.583.908
Passivos financeiros ao custo amortizado	41.126.686	41.027.786	65.691.298	70.161.723

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cashflows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do *spread* atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados pela Lusitania na determinação do justo valor de ativos e passivos são os seguintes:

Caixa e seus equivalentes

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Empréstimos concedidos e contas a receber e devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações.

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço. A avaliação destes ativos corresponde ao nível 3.

Investimentos detidos até à maturidade e passivos subordinados

Estes ativos financeiros e os passivos subordinados estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os investimentos detidos até à maturidade foram avaliados no nível 1. Os passivos subordinados no nível 3.

Outros passivos e credores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço. A avaliação destes ativos corresponde ao nível 3.

6.16. Prestação de informação qualitativa que permita avaliar a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros, nomeadamente:

a) Exposição ao risco e a origem dos riscos e quaisquer alterações referentes ao período;

Os riscos financeiros são os que decorrem da gestão de ativos, devido à volatilidade dos preços, e envolvem a exposição aos valores das ações, obrigações ou outros títulos, das taxas de juro e das taxas de câmbio.

Risco de taxa de juro: é um risco que existe para todos os ativos e responsabilidades, cujo valor é sensível às volatilidades na taxa de juro. São riscos que resultam dos investimentos em obrigações ou da aplicação da taxa de juro no cálculo das responsabilidades (*best estimate*).

Ver Nota 4.3.

Riscos de *spread*: são a componente dos riscos associada aos instrumentos financeiros que é explicada pela volatilidade dos *spreads* de crédito sobre uma taxa de juro sem risco.

Ver Nota 4.3.

Riscos de câmbio: são os que resultam de alterações da taxa de câmbio e surgem quando a carteira de ativos e de responsabilidades não estão denominados na mesma moeda, ou se os contratos estão definidos numa moeda diferente da calculada para o prémio.

Risco das ações (*equity*): são os riscos associados a uma carteira de ações e resultam da volatilidade dos preços nos mercados acionistas. A exposição ao *equity risk* reflete-se em todos os ativos e responsabilidades que apresentam um valor que é sensível às alterações dos preços das ações.

6.17. Prestação de informação quantitativa que permita avaliar a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros por cada tipo de risco, nomeadamente:

a) A exposição ao risco e a origem dos riscos e quaisquer alterações referentes ao período;

A política de investimento da Companhia traduz a exposição aos riscos financeiros, pautando-se por critérios de prudência na seleção de ativos, próprios da atividade seguradora, conforme Nota 4.3.

e) Análise da maturidade dos passivos financeiros que indique as maturidades contratuais restantes e uma descrição da forma como a empresa gere o correspondente risco de liquidez;

A Companhia procedeu, em 31 de dezembro de 2014, a uma emissão de obrigações subordinadas no montante de 9 milhões de euros, de prazo indeterminado, as quais foram integralmente subscritas pela Associação Mutualista Montepio Geral. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 650 pb e Euribor a 6 meses + 700 pb após 5.º ano. Ver Nota 20 - Custos de financiamento.

Em 30 de dezembro de 2011, a Companhia procedeu adicionalmente à emissão de obrigações subordinadas no montante de 2,5 milhões de euros, de prazo indeterminado, as quais foram integralmente subscritas pela Caixa Económica Montepio Geral. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 250 pb e Euribor a 6 meses + 350 pb após 5.º ano. Ver Nota 20 - Custos de financiamento.

Após o final do 5º ano de vida de ambos os empréstimos, e posteriormente, em cada data de pagamento de juros, a emitente poderá reembolsar os empréstimos obrigacionistas na sua globalidade, ao par, mediante pré-aviso da sua iniciativa, com antecipação de cinco anos em relação à data do reembolso.

7. Investimentos em filiais e associadas

As presentes demonstrações financeiras de que fazem parte estas notas às contas são demonstrações financeiras individuais.

A rubrica investimentos em filiais e associadas é analisada como segue:

	2014	2013
N-Seguros	27.000.000	12.500.000
Clínica Serv.Médicos Comp.Belém, S.A	256.706	256.706
Soc.Portuguesa de Administrações, S.A.	589.562	589.562
Lykeion - Centro de Conhecimento	50.000	50.000
Total	27.896.268	13.396.268

O detalhe dos Investimentos em filiais e associadas é apresentado como segue:

Empresa Morada	Fracção de Capital Detida	Valor Contabilístico	Empresa-Mãe	Empresa-Mãe	Capitais Próprio	Ano	Resultado
Soc.Portuguesa de Administrações, S.A.	80,63%	590	Lusitania	Montepio	994	2013	3
Clínica Serv.Médicos Comp.Belém, S.A	24,50%	257	Jose Mello Saúde	Jose Mello Saúde	1.812	2013	111
N-Seguros	100,00%	27.000	Lusitania	Montepio	9.484	2014	302
Lykeion - Centro de Conhecimento	100,00%	50	Lusitania	Montepio	15	2012	21

As participações financeiras estão registadas ao custo de aquisição deduzidas de perdas por imparidade.

A Companhia procedeu ao teste de imparidade da N-Seguros, de acordo com o valor em uso. Este valor foi determinado tendo por base o Plano de Negócios aprovado pelo Conselho de Administração da N-Seguros, considerando um crescimento na perpetuidade de 2% (2013: 2,5%) e uma taxa de desconto de 11,44% (2013: 12,88%)

8. Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

A rubrica caixa e equivalentes e depósitos à ordem é apresentada como segue:

	2014	2013
Numerário	25.387	21.467
Depósitos à ordem	12.714.573	10.139.109
Total	12.739.961	10.160.576

9. Terrenos e edifícios

Os movimentos ocorridos no exercício na rubrica de terrenos e edifícios de uso próprio são analisados como segue:

Descrição	Saldo inicial								Transferências		Saldo final	
	Valor de balanço			Aquisições	Reavaliações e diminuições de valor	Depreciações			Valor de balanço	Regularizações	Valor de aquisição	Valor de balanço líquido
De serviço próprio	Valor Bruto	Amortizações	Valor líquido			Do Exercício	Regularizações	Acumuladas				
Terrenos	7.486.605	-	7.486.605	-	(60.605)	-	-	-	-	-	7.426.000	7.426.000
Edifícios	40.728.728	4.551.361	36.177.367	29.000	(194.028)	765.736	(175.998)	5.141.099	2.121.767	(9.629)	42.675.838	37.534.739
Total	48.215.333	4.551.361	43.663.972	29.000	(254.633)	765.736	(175.998)	5.141.099	2.121.767	(9.629)	50.101.838	44.960.739

Os movimentos ocorridos no exercício, na rubrica de propriedades de investimento, são analisados como segue:

Descrição	Saldo inicial		Aumentos		Transf. / Benfeitorias	Alienações		Saldo final	
	Valor de aquisição	Valor de balanço	Aquisições	Reavaliações e diminuições de valor	Valor	Valor de aquisição	Valor de balanço	Valor de aquisição	Valor de balanço
De rendimento									
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios	27.756.170	28.609.762	-	(449.121)	(2.297.765)	-	-	25.458.404	25.862.876
Total	27.756.170	28.609.762	-	(449.121)	(2.297.765)	-	-	25.458.404	25.862.876

No exercício de 2014, os proveitos provenientes dos edifícios de rendimento totalizaram o montante de Euros 884.200 (2013: Euros 566.687).

Em 31 de dezembro de 2014, os gastos operacionais em imóveis de rendimento ascenderam ao montante de Euros 12.268 (2013: Euros 18.048).

Os imóveis de rendimento são avaliados por peritos independentes devidamente certificados pela ASF.

10. Outros ativos fixos tangíveis (exceto terrenos e edifícios)

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2014, relativos a outros ativos fixos tangíveis são analisados como segue:

	Saldo Inicial			Aumentos		Depreciações + Imparidade			Saldo Final		
	Valor Bruto	Depreciações/ Imparidade	Valor Líquido	Aquisições	Transferências/ Abates	Alienações	Reforço	Regularizações	Valor Bruto	Depreciações/ Imparidade	Valor Líquido
Equipamento Administrativo	11.204.849	9.803.647	1.401.203	1.637.893	(792.987)	-	947.697	-	12.049.756	10.751.344	1.298.412
Máquinas e Ferramentas	1.251.862	1.185.365	66.496	15.642	(275.478)	-	22.583	275.195	992.026	932.753	59.272
Equipamento Informático	4.609.246	4.237.117	372.130	453.852	(115.111)	-	325.181	85.365	4.947.987	4.476.933	471.055
Instalações interiores	1.726.737	1.601.335	125.401	4.059	-	-	37.441	-	1.730.796	1.638.776	92.020
Material de Transporte	421.257	333.730	87.527	-	(66.077)	-	29.176	66.077	355.180	296.828	58.351
Património Artístico	5.926.297	-	5.926.297	-	-	-	-	-	5.926.297	-	5.926.297
Outras imobilizações corpóreas	101.057	99.643	1.415	8.253	-	-	1.298	-	109.310	100.940	8.370
Imobilizações em curso	42.973	-	42.973	898.035	(426)	-	-	-	940.582	-	940.582
Total	25.284.279	17.260.836	8.023.442	3.017.734	(1.250.079)	-	1.363.375	426.637	27.051.935	18.197.574	8.854.360

11. Afetação dos investimentos e outros ativos

As rubricas de Investimentos e outros ativos apresentavam a seguinte composição de acordo com a respetiva afetação:

	2014		
	Afetos	Livres	Total
Caixa e equivalentes	12.739.961	-	12.739.961
Terrenos e edifícios	70.351.809	471.806	70.823.615
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	846.268	27.050.000	27.896.268
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	2.573.925	-	2.573.925
Ativos financeiros disponíveis para venda	137.711.763	-	137.711.763
Empréstimos e contas a receber	15.590.988	14.465.733	30.056.721
Actios a deter até à maturidade	26.701.387	-	26.701.387
Outros Ativos	-	143.653.697	143.653.697
TOTAL	266.516.101	185.641.236	452.157.337

12. Ativos intangíveis

A rubrica de ativos intangíveis e os respetivos movimentos ocorridos no exercício é analisada como segue:

Descrição	Saldo Inicial			Aquisições	Reforço	Saldo Final		
	Valor Bruto	Amort. Acumulada	Valor Líquido			Valor Bruto	Amort. Acumulada	Valor Líquido
Despesas com aplicações informáticas	-	-	-	469.188	93.838	469.188	93.838	375.350
Carteira de Negócios da Real Seguros	17.326.816	6.376.735	10.950.081	-	1.275.960	17.326.816	7.652.695	9.674.121
Despesas em edifícios arrendados	3.164.970	437.695	2.727.275	84.383	199.248	3.249.353	636.943	2.612.410
Projeto lojas mediadores	-	-	-	830.420	166.084	830.420	166.084	664.336
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	166.504	-	166.504	-	166.504
Total	20.491.786	6.814.430	13.677.356	1.550.495	1.735.130	22.042.281	8.549.560	13.492.721

Como resultado da aquisição da Real Seguros e decorrendo da aplicação da IFRS 3, Concentrações de atividades empresariais, a Companhia reconheceu o valor da carteira adquirida à Real Seguros, por referência à respetiva data de tomada de controlo daquela Companhia (2 de novembro de 2009). O valor da carteira foi determinado através da atualização dos *cashflows* futuros associados às apólices em vigor à data da aquisição, incluindo um ajustamento que reflete o custo do capital investido no negócio adquirido. O valor da carteira é sujeito a testes de recuperabilidade no final de cada período de reporte por forma a apurar que o valor capitalizado não excede o valor presente dos lucros futuros.

A Companhia amortiza o valor da carteira durante a vida útil dos contratos (apólices) adquiridos, na proporção dos lucros futuros esperados.

O valor remanescente do valor da carteira da Real, será amortizado como segue:

Ano	Amortizações	Ano	Amortizações
2015	1.241.717	2023	567.024
2016	967.923	2024	507.274
2017	936.950	2025	437.047
2018	840.300	2026	363.463
2019	764.823	2027	355.813
2020	707.265	2028	322.128
2021	664.997	2029	373.711
2022	634.878		

O *goodwill* registado corresponde à aquisição de negócios abaixo identificados, entretanto fusionados na Companhia, como segue:

	milhares de euros
	2014
Genesis	1.123
Royal & Sun Alliance	2.860
Real Seguros	14.691
Total	18.674

A imparidade do *goodwill* é testada tendo por base o valor recuperável da Lusitania. O valor recuperável foi determinado com base no valor atual dos dividendos futuros, que se espera obter com a Companhia, e teve por base o *business plan* aprovado pela gestão,

assumindo um crescimento de 2% (2013:2%) na perpetuidade e uma taxa de desconto de 11,44% (2013:12,88%). Não se verificou a necessidade de proceder ao registo de quaisquer perdas.

13. Outras provisões e ajustamentos de contas do ativo

Os movimentos ocorridos nas rubricas de outras provisões e ajustamentos de contas do ativo são analisados como segue:

	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Ajustamentos de recibos por cobrar	1.870.738	-	45.278	1.825.460
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	4.464.377	711.510	1.237.734	3.938.153
Total	6.335.115	711.510	1.283.012	5.763.613

	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Outras provisões	4.025.765	402.437	-	4.428.202
Total	4.025.765	402.437	-	4.428.202

Os ajustamentos de recibos por cobrar têm como objetivo fazer face a perdas resultantes da não cobrança destes ativos.

Os ajustamentos de crédito de cobrança duvidosa destinam-se a acautelar incobrabilidade de ativos.

Relativamente às outras provisões – contingências fiscais, importa referir que, em 31 de dezembro de 2014, esta rubrica inclui o montante de Euros 810.488 (2013: Euros 810.488), referente a uma provisão para contingências fiscais da Real Seguros. De referir que, adicionalmente, existem provisões para contingências fiscais da Companhia, no montante de Euros 1.219.000 (2013: Euros 578.705).

O valor dos prémios associados a contratos com garantias suspensas pode ser analisado como segue:

	2014	2013
Lusitania	2.588.724	4.393.151
Total	2.588.724	4.393.151

14. Prémios de contratos de seguro

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a atividade da Companhia pode ser analisada como segue:

2014					
Ramos / Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos com exploração brutos*	Saldos de resseguro
SEGURO DIRETO					
ACIDENTES E DOENÇA	51.263.975	50.458.242	43.875.681	13.499.318	(242.424)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	40.636.350	40.697.082	23.330.539	10.168.017	(8.525.284)
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL	44.487.465	44.938.832	33.771.047	15.473.894	1.273.422
- OUTRAS COBERTURAS	22.763.619	22.803.810	15.639.235	7.516.273	(6.524.639)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	9.443.308	9.751.700	14.550.101	784.625	(240.254)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	4.743.384	4.758.632	(866.528)	1.526.888	(2.232.510)
CRÉDITO E CAUÇÃO	137.159	242.584	84.713	18.729	17.229
PROTEÇÃO JURÍDICA	1.174.785	1.143.156	30.832	361.407	-
ASSISTÊNCIA	347.800	347.800	669	41.518	(158.947)
DIVERSOS	230.674	245.606	133.750	61.394	(18.123)
TOTAL	175.228.518	175.387.443	130.550.039	49.452.063	(16.651.530)
RESSEGURO ACEITE	2.523.768	2.671.617	1.512.448	926.765	-
TOTAL GERAL	177.752.286	178.059.060	132.062.487	50.378.828	(16.651.530)

Notas:

* Sem dedução da parte dos resseguradores

2013					
Ramos / Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos com exploração brutos*	Saldos de resseguro
SEGURO DIRETO					
ACIDENTES E DOENÇA	45.050.849	43.360.482	40.701.862	11.707.820	(1.600.441)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	39.567.351	39.362.505	26.876.521	10.321.196	(4.607.856)
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL	45.231.344	46.741.243	42.836.650	15.466.466	952.479
- OUTRAS COBERTURAS	22.026.788	22.981.987	16.823.814	6.763.119	(5.296.190)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	10.547.362	10.619.997	18.967.034	782.427	205.386
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	4.623.158	4.359.795	2.505.296	1.428.502	(1.241.860)
CRÉDITO E CAUÇÃO	277.021	253.550	540.829	28.236	298.195
PROTEÇÃO JURÍDICA	1.144.887	1.155.637	34.718	334.625	-
ASSISTÊNCIA	372.217	372.217	(1.840)	51.685	(170.086)
DIVERSOS	270.043	262.998	94.362	67.352	(147.768)
TOTAL	169.111.020	169.470.411	149.379.246	46.951.428	(11.608.141)
RESSEGURO ACEITE	2.934.458	2.924.905	1.675.857	1.079.287	-
TOTAL GERAL	172.045.478	172.395.316	151.055.103	48.030.715	(11.608.141)

Notas:

* Sem dedução da parte dos resseguradores

16. Rendimentos / réditos de investimentos

Os rendimentos de investimentos são apresentados como segue:

	2014	2013
Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados		
Juros	(2.877)	107.260
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	
Dividendos	96.027	511.442
Juros	2.899.697	4.436.221
Ativos financeiros detidos até à maturidade	2.100.595	3.423.852
Depósitos à ordem e a prazo	263.648	278.181
Outros	1.166.166	732.080
Total	6.523.256	9.489.036

17. Ganhos e perdas realizados em investimentos não valorizados ao justo valor através de resultados

Os ganhos e perdas realizados por via da respetiva alienação e reajustamentos, por categoria de investimento, podem ser analisados como segue:

	2014	2013
Ativos financeiros disponíveis para venda	12.698.828	13.902.017
Investimentos a deter até à maturidade	15.712	72.678
Total	12.714.540	13.974.695

18. Ganhos e perdas provenientes em investimentos valorizados ao justo valor através de resultados

Os ganhos e perdas realizados associados aos investimentos valorizados ao justo valor através de resultados, por categoria de investimento, podem ser analisados como segue:

	2014	2013
Ativos Financeiros detidos para negociação		
Perdas	2.169	-
Ganhos	-	161.228
Ativos Financeiros classificados ao justo valor no reconhecimento inicial através de Ganhos e Perdas		
Perdas	(2.308.325)	-
Ganhos		189.863
Total	(2.306.156)	351.091

19. Ganhos e perdas em diferenças de câmbio

As diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados, exceto as que resultem de instrumentos financeiros valorizados pelo justo valor através dos resultados, são analisadas como segue:

	2014	2013
Diferença cambio favoravel	3.652	2
Diferença cambio desfavoravel	-	(3.172)
Total	3.652	(3.170)

Estas diferenças são resultantes da conversão em euros de valores de ativos e passivos, expressos em moeda estrangeira, e encontram-se registados nas contas outros proveitos e gastos não técnicos.

20. Custos de Financiamento

Durante o exercício de 2014, a Companhia registou custos de financiamento no valor de Euros 318.235 (2013: Euros 314.516) relativamente às obrigações subordinadas de prazo indeterminado, por subscrição particular, no montante global de Euros 20,5 milhões. Estas obrigações foram integralmente subscritas pela Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. e Caixa Económica Montepio Geral por, respetivamente, Euros 18 milhões e Euros 2,5 milhões.

No final de Dezembro de 2014, foram reembolsadas obrigações no valor de Euros 18 milhões.

21. Gastos diversos por função e natureza

Os custos imputados às funções são analisados como segue:

2014			2013			
Conta técnica	Conta não técnica	Total	Conta técnica	Conta não técnica	Total	
Custos com sinistros	10.494.811	-	10.494.811	11.283.880	-	11.283.880
Custos de aquisição	17.134.568	-	17.134.568	17.661.249	-	17.661.249
Custos administrativos	12.059.849	-	12.059.849	9.631.675	-	9.631.675
Custos gestão dos investimentos	1.119.143	208.878	1.328.021	1.406.958	236.056	1.643.014
Total	40.808.371	208.878	41.017.249	39.983.762	236.056	40.219.818

Os gastos por natureza são apresentados como segue:

	2014	2013
Gastos com Pessoal	23.865.285	22.526.689
Fornecimentos e serviços externos:		
Trabalhos especializados	2.737.468	2.656.466
Rendas e Alugueres	2.451.364	2.408.506
Comunicações	1.593.792	1.565.869
Conservação e Reparação	603.982	537.517
Publicidade e Propaganda	690.738	563.095
Deslocações, estadas e despesas de representação	209.466	268.190
Impressos	99.137	110.760
Material de escritório	38.311	38.740
Quotizações	161.772	190.253
Custos com cobrança de prémios	237.265	275.481
Seguros	153.385	115.992
Contencioso e Notariado	21.068	37.057
Electricidade	361.647	403.061
Limpeza, higiene e conforto	321.823	339.238
Vigilância e segurança	178.677	188.081
Outros	652.301	573.116
	10.512.196	10.271.423
Impostos e taxas	1.513.745	1.752.553
Amortizações do exercício:		
Ativos Intangíveis	1.735.130	1.680.073
Ativos tangíveis:		
Terrenos e Edifícios de uso próprio	765.736	773.085
Outros activos tangíveis	1.363.375	1.635.834
	3.864.241	4.088.992
Provisões	-	-
Juros Suportados	810.774	947.715
Comissões	451.007	632.446
Total	41.017.249	40.219.818

A rubrica de trabalhos especializados inclui os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas, excluindo IVA, o montante de Euros 135.000 (2013:Euros 135.000).

22. Gastos com pessoal

Em 31 de dezembro de 2014 o quadro de pessoal total era composto por 554 colaboradores, encontrando-se ao serviço 546, distribuídos pelas seguintes categorias profissionais:

Categoria	2014	2013
Dirigente		
Diretor	14	17
Gestor Técnico	28	7
Gestor Operacional	20	43
Gestor Comercial	12	17
Técnico	78	45
Coordenador Operacional	86	104
Especialista Operacional	289	325
Auxiliar Geral	18	20
Estagiário	1	3
TOTAL	546	581

Considerando a mobilidade ocorrida, o ano de 2014 encerrou com um número médio de 563 colaboradores.

Os custos com pessoal são analisados como segue:

	2014	2013
Remunerações		
- dos órgãos sociais	507.052	616.495
- do pessoal	15.267.521	16.042.868
Encargos sobre remunerações	3.866.379	3.872.070
Benefícios pós-emprego	-	-
- Planos de contribuição definida	154.504	48.929
- Planos de benefícios definidos	1.424.137	(55.365)
Benefícios de cessação de emprego	1.803.312	1.191.180
Seguros obrigatórios	340.500	148.025
Gastos de acção pessoal	330.430	343.368
Outros gastos com pessoal	171.450	319.119
Total	23.865.285	22.526.689

23. Obrigações com benefícios dos empregados

A Lusitania atribui dois planos de benefício definido:

- Um Plano de Pensões de Benefício Definido previsto no CCT para a atividade seguradora, publicado no Boletim de Trabalho nº 32, de 29 de agosto de 2008, para os participantes do Fundo que não aderiram ao novo CCT e para os beneficiários pensionistas conforme normas de regulamentação coletiva aplicáveis à data de reforma;

- Um plano abrangendo os membros do Conselho de Administração que, tendo exercido funções na atividade seguradora, tenham o direito às suas pensões complementares de reforma, aprovado em Assembleia Geral.

Em resultado da alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Lusitania, e para os participantes do Fundo, em 31 de dezembro de 2011, que aderiram ao novo CCT, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados naquela data, foi convertido num plano de contribuição definida única, que integra atualmente o referido Fundo.

Relativamente a este valor, foi concedida garantia de capital pela entidade gestora do Fundo de Pensões Lusitania.

O valor da quota-parte do Fundo de Pensões Lusitania relativa ao Plano de Contribuição Definida, ascende a Euros 2.060.726, e inclui, com referência a 31 de dezembro de 2014, 355 participantes ativos.

As responsabilidades da Companhia relativas ao plano de benefícios dos Administradores e Pensionistas estão financiadas por um Fundo de Pensões.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 31 de dezembro de 2014 e 2013, utilizados para determinar o valor atualizado das pensões para os colaboradores são as seguintes:

Pressupostos Demográficos	2014	2013
Tábua de Mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	Swisse Re 2001	Swisse Re 2001
Percentagem de Pré-Reformas previsíveis	0%	0%
Idade Normal de Reforma (INR)	66 anos	66 anos
Pressupostos Financeiros	2014	2013
Taxa Técnica de Desconto (período activo)	2,00%	3,50%
Taxa Técnica de Desconto (período de reforma)	2,00%	3,50%
Taxa de Rendimento do Fundo	2,00%	3,50%
Taxa de Crescimento Salarial	2,00%	2,00%
Taxa de Revalorização Salarial (Seg. Social)	2,00%	2,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	1,25%	2,00%

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios definidos é analisado como segue:

	2014	2013
Ativos	30	15
Reformados	81	83
Pré-reformados	16	10
TOTAL	127	108

Os ativos e responsabilidades reconhecidos em balanço são analisados como segue:

	2014	2013
Ativos/ (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades em 31 de Dezembro		
Pensionistas	(3.019.185)	(3.004.549)
Ativos	(4.532.466)	(3.680.265)
	(7.551.651)	(6.684.814)
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	4.758.736	4.709.807
Ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro	(2.792.915)	(1.975.007)

No final de 2014 e de 2013, a evolução das responsabilidades é analisada como segue:

	2014	2013
Responsabilidades em 1 de Janeiro	6.684.814	6.463.518
Custo do serviço corrente	39.015	36.976
Custo dos juros	233.969	182.710
Ganhos e (perdas) actuariais nas responsabilidades	11.579	164.962
Benefícios pagos pela Lusitania	(455.245)	-
Benefícios pagos pelo Fundo	(278.477)	(2.198.352)
Pre-reformas	1.315.996	2.035.000
Responsabilidades em 31 de Dezembro	7.551.651	6.684.814

A evolução dos ativos do fundo de pensões, que financiam planos de benefícios definidos, nos exercícios de 2014 e 2013 pode ser analisada como segue:

	2014	2013
Saldo do fundo em 1 de Janeiro	4.709.807	6.876.281
Rendimento esperado	164.843	275.051
Ganhos e (perdas) actuariais	162.563	(243.173)
Transferências/Liquidação do benefício CCT	-	-
Benefícios pagos	(278.477)	(2.198.352)
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	4.758.736	4.709.807

O Fundo de Pensões detém ainda uma quota-parte relativa ao Plano de Contribuição Definida que ascende a Euros 2.060.729, totalizando o Fundo, com referência a 31 de dezembro de 2014, o valor de Euros 6.819.465 (2013: Euros 7.021.772).

Durante o exercício não houve transações entre o Fundo e o Associado.

Os ganhos e perdas atuariais em 2014 e 2013 são apresentados como segue:

	2014	2013
Desvios reconhecidos nas reservas em 1 de Janeiro	(1.242.074)	(833.939)
Ganhos e (perdas) actuariais		
- nas responsabilidades	(11.579)	(164.962)
- nos activos do plano	162.563	(243.173)
Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de Dezembro	(1.091.090)	(1.242.074)

Os ativos e passivos líquidos são analisados como segue:

	2014	2013
(Activos)/ Passivos a receber ou entregar em 1 de Janeiro	1.975.007	(412.763)
Ganhos e perdas actuarias das responsabilidades	11.579	164.962
Ganhos e perdas actuariais dos fundos	(162.563)	243.173
Encargos do ano:		
- Custo do serviço corrente	39.015	36.976
- Custo/(proveito) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabi	69.126	(92.341)
Benefícios pagos pela Lusitania	(455.245)	-
Pre-reformas	1.315.996	2.035.000
(Activos)/ Passivos a receber ou entregar em 31 de Dezembro	2.792.915	1.975.007

O custo do exercício com benefícios pós emprego pode ser analisado como segue:

	2014	2013
Custo do serviço corrente	39.015	36.976
Custo/(proveito) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilic	69.126	(92.341)
Pre-reformas	1.315.996	2.035.000
Custos do exercício	1.424.137	1.979.635

Os ativos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

	2014	2013
Fundos de investimento	140.309	387.921
Títulos de rendimento fixo	4.583.053	4.537.754
Depósitos em instituições de crédito e Devedores do fundo	2.096.103	2.096.097
	6.819.465	7.021.772
Do qual:		
Benefício definido	4.758.736	4.709.807
Contribuição definida	2.060.729	2.311.965
	6.819.465	7.021.772

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, nos termos do disposto da IAS 19, com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, é a seguinte:

	2014	
	Impacto das alterações dos pressupostos financeiros	
	-0,25%	0,25%
	Euros	Euros
Taxa de desconto	122.540	(117.329)
Taxa de crescimento dos salários	(16.878)	17.956
Taxa de crescimento das pensões	(57.369)	59.134
Taxa de crescimento das pensões da segurança social	2.729	(3.188)

2013**Impacto das alterações dos pressupostos financeiros**

	-0,25%	0,25%
	Euros	Euros
Taxa de desconto	124.063	(133.999)
Taxa de crescimento dos salários	(38.497)	39.260
Taxa de crescimento das pensões	(92.246)	95.272
Taxa de crescimento das pensões da segurança social	1.564.191	(1.564.191)

2014**Impacto das alterações de pressupostos demográficos**

	-1 ano	+1 ano
	Euros	Euros
Alteração da tabela de mortalidade	90.030	(83.471)

2013**Impacto das alterações de pressupostos demográficos**

	-1 ano	+1 ano
	Euros	Euros
Alteração da tabela de mortalidade	83.113	(76.803)

Plano Individual de Reforma (PIR)

Foi constituído junto da Lusitania Vida uma apólice seguro de grupo, denominado Plano Individual de Reforma, para garantir o estipulado no contrato coletivo de trabalho, para a atividade seguradora, publicado no BTE nº 2, de 15 de janeiro de 2012.

No exercício de 2014, o montante das contribuições efetuadas ascendeu a Euros 154.504 (2013: Euros 48.929).

24. Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes e taxas reconhecidos em balanço são analisados como segue:

	2014	2013
IRC - Impostos A recuperar/(A Pagar)	12.555	(17.431)
IRS - Retenções na Fonte	(517.532)	(482.964)
IVA - A recuperar/(A Pagar)	(12.171)	(25.852)
Imposto de Selo	(1.420.875)	(1.788.281)
SNBPC	(425.333)	(432.250)
INEM	(330.810)	(557.520)
ASF	(206.200)	(198.431)
FAT	(6.206.097)	(6.255.323)
FGA	(294.291)	(321.604)
Outros Impostos e Taxas	(35.765)	(38.182)
Segurança Social	(308.143)	(318.142)
Activos por impostos correntes		
Passivos por impostos correntes	(9.744.661)	(10.435.979)

Em 31 de dezembro de 2014, estima-se um imposto corrente sobre o rendimento do exercício no montante de Euros 401 mil, que corresponde às tributações autónomas, uma vez que a Companhia apresenta prejuízos fiscais.

O montante de impostos diferidos e correntes reconhecidos nos resultados do exercício pode ser analisado como segue:

	2014	2013
Imposto corrente	401.047	353.500
Imposto diferido	5.274.857	(7.312.355)
Imposto sobre o rendimento do exercício	5.675.904	(6.958.855)

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	2014		2013	
	Imposto	Taxa	Imposto	Taxa
Resultado antes de impostos	(9.341.315)	27,00	(29.211.198)	29,00
IRC sobre o resultado antes de impostos	2.522.155		8.471.247	
Ajustamentos Fiscais				
Amortizações e reintegrações	(88.753)		(56.134)	
Dividendos de acções afetas a provisões técnicas	20.001		136.585	
Taxas autónomas	(401.047)		(353.500)	
Multas e coimas	(656)		(12.170)	
Imparidades	(204.558)		(1.515.603)	
Benefícios fiscais	28.726		30.843	
Menos valias contabilísticas de ações	19.392		2.417.502	
Provisões e amortizações não aceites fiscalmente	19.683		(434.370)	
Outros Ajustamentos	(585.699)		(506.629)	
Alteração da taxa de imposto	(893.832)		(1.218.916)	
Prejuízos fiscais não utilizados	(6.111.316)		-	
Imposto sobre o rendimento do exercício	(5.675.904)		6.958.855	

Os impostos diferidos reconhecidos no balanço são como segue:

	2014	Variação reconhecida em resultados	Variação em Capitais Próprios e outros ajustamentos	2013
Impostos Diferidos activos	10.962.497	(5.384.525)	(458.482)	16.805.503
POR DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS	4.174.918	(184.288)	(458.482)	4.817.687
- Provisões não aceites	1.520.158	(513.430)	-	2.033.588
- Perdas por imparidade	1.659.128	344.793	-	1.314.335
- Reserva de reavaliação de justo valor	752.997	-	(401.410)	1.154.407
- Responsabilidades com benefícios pós-emprego	242.635	(15.651)	(57.072)	315.358
POR PREJUÍZOS FISCAIS	6.787.579	(5.200.237)	-	11.987.816
Impostos Diferidos passivos	-	109.668	-	(109.668)
- Imóveis	-	109.668	-	(109.668)
Impostos Diferidos Activos / (Passivos) líquidos	10.962.497	(5.274.857)	(458.482)	16.695.836

Os impostos diferidos ativos associados a reporte de prejuízos fiscais por ano de caducidade são analisados como segue:

	2014	2013
2017	2.734.200	4.913.377
2018	2.631.300	7.074.439
2026	1.422.079	-
Total	6.787.579	11.987.816

Na sequência da aquisição da Real Seguros em 2009, a Companhia remeteu um pedido à Administração Fiscal, solicitando a autorização para a dedução integral dos prejuízos reportáveis da Real Seguros.

Em resposta a este pedido, a Administração Fiscal estipulou um plano de dedução dos prejuízos fiscais que limitava a sua dedução a 1,29% dos lucros tributáveis da Lusitania. Nesta base, existe um ativo contingente não reconhecido nas demonstrações financeiras no montante de Euros 11,2 milhões referente a prejuízos fiscais da Real Seguros. Este ativo contingente encontrava-se reconhecido nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, tendo sido anulado por contrapartida de resultados transitados. Adicionalmente, a Companhia utilizou o montante de cerca de Euros 3,5 milhões de prejuízos em anos anteriores tendo a Administração Fiscal contestado esta situação.

Não obstante, existe a convicção do Conselho de Administração da Companhia, corroborada pelos seus consultores fiscais que, através do exercício dos meios de reação ao despacho da Administração Fiscal, será concedida à Companhia autorização para a dedução integral dos prejuízos reportáveis da Real Seguros.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Através da Lei n.º82-B/2014, de 31 de dezembro de 2014, foi alterada a taxa de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), redução de 23% para 21%, com impacto ao nível dos impostos diferidos apurados em 31 de dezembro de 2014.

Assim, os impostos diferidos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram calculados às taxas de:

	2014	2013
Taxa IRC (a)	21,0%	23,0%
Taxa de Derrama Municipal	1,5%	1,5%
Taxa de Derrama Estadual	3,0%	3,0%
Total (b)	25,5%	27,5%

(a) Aplicada aos impostos associados a prejuízos fiscais

(b) Aplicada aos impostos diferidos associados a diferenças temporárias

O reporte de prejuízos fiscais reconhecidos nas demonstrações financeiras foi mensurada tendo por base o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração.

A Companhia não reconheceu o montante de impostos diferidos associados a prejuízos fiscais no montante de 5,3 milhões de euros.

25. Capital

Em 31 de dezembro de 2014, a totalidade do capital da Companhia está representado por 10.000.000 ações nominativas de valor nominal de 12.500.000 de euros, integralmente subscrito e realizado.

A 31 de março de 2014, a Assembleia Geral da Lusitania aprovou um aumento de capital social, reservado a acionistas, de 26 milhões de euros para 50 milhões de euros através da emissão de 4.800.000 novas ações com um valor nominal unitário de 5 euros com um ágio de 2,60 por ação. Este aumento foi verificado por novas entradas resultantes da conversão em capital de prestações acessórias sob a forma de prestações de capital e por entradas em dinheiro (2.295 euros). Nessa data, foi também aprovada a redução do capital social, de 50 milhões de euros para 12,5 milhões de euros, através da redução do valor nominal da totalidade das ações representativas do capital social de 5 euros para 1,25 euros para cobertura dos resultados transitados negativos. Adicionalmente, foi também aprovado a utilização de outras reservas incluindo a reserva de prémio de emissão para a cobertura do remanescente resultado transitado negativo. Estas operações foram realizadas em junho de 2014.

A estrutura acionista da Companhia é como segue:

	2014	2013
Montepio Seguros, SGPS, S.A.	95,40%	95,40%
Restantes Accionistas	4,60%	4,60%
Total	100,00%	100,00%

No final do exercício de 2013, a Associação Mutualista Montepio Geral, procedeu a uma reorganização das suas participações financeiras associadas aos sectores dos seguros e fundos de pensões. Nesse âmbito, foi constituída a Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A. com o objetivo de gerir participações sociais dos setores acima referidos. Esta sociedade controlada pela Associação Mutualista Montepio Geral, adquiriu posteriormente aos anteriores acionistas a participação na Lusitania.

Ao nível da margem de solvência e face aos resultados negativos registados no exercício, o rácio de cobertura fixou-se em 90,1% (2013: 108%), estando a serem promovidas as necessárias diligências para o seu reforço.

26. Reservas

a) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

A reserva de reavaliação por revalorização de outros ativos tangíveis considera o montante das revalorizações efetuadas no passado, ao abrigo de diplomas legais.

A reserva de reavaliação é analisada como segue:

	2014	2013
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	145.534.090	161.850.984
Imparidade	(6.506.383)	(6.593.875)
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda líquido de imparidade	139.027.707	155.257.109
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	137.711.763	153.044.796
Reserva de justo valor de títulos reclassificados para investimentos a deter até à maturidade	(1.636.987)	(1.985.530)
Reserva de justo valor	(2.952.931)	(4.197.843)
Impostos diferidos e correntes	752.997	1.154.407
Reserva de reavaliação líquida de impostos	(2.199.934)	(3.043.436)

b) Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios, nesta rubrica. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são, posteriormente, reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

c) Reservas Estatutárias

São constituídas anualmente, de acordo com os estatutos da Companhia, em 10% do lucro líquido anual.

d) Outras Reservas

Nesta rubrica estão registadas as Reservas Livres, as quais resultam de resultados positivos, não necessários para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados e não distribuídos aos acionistas.

Também incluído em Outras Reservas está a Reserva Legal que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

27. Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (resultado líquido do exercício, após dedução dos dividendos preferenciais) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia.

	2014	2013
Resultado líquido atribuível aos accionistas (euros)	(15.017.218)	(22.252.344)
Número médio ponderado das acções em circulação (unidades)	10.000.000	5.200.000
Resultado por acção atribuível aos accionistas (euros)	-1,50	-4,28

Durante os exercícios de 2014 e 2013, a Companhia não deteve elementos suscetíveis de originar o efeito de diluição.

28. Dividendos por ação

Em 2014, não houve distribuição de dividendos relativamente ao resultado apurado no exercício de 2013.

Relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração não propôs à Assembleia-Geral qualquer distribuição de dividendos aos detentores de capital.

29. Transações entre partes relacionadas

A Lusitania é uma seguradora portuguesa integrada no Grupo Montepio Geral. A empresa-mãe da Companhia é a Montepio Seguros, SGPS, S.A.

No desenvolvimento da sua atividade, a Lusitania efetua transações com diversas empresas do Grupo Montepio Geral:

Montepio Seguros, SGPS, S.A

No final do exercício de 2013, o Grupo Montepio procedeu a uma reorganização das suas participações financeiras associadas aos sectores dos seguros e fundos de pensões. Nesse âmbito, foi constituída a Montepio Seguros, SGPS, S.A. com o objetivo de gerir participações sociais dos setores acima referidos.

A Montepio Seguros, SGPS, tem como principais acionistas o Montepio Geral – Associação Mutualista (52%) e a Caixa Económica Montepio Geral (34%).

No âmbito da reorganização referida, a Montepio Seguros, SGPS passou a ser titular das prestações acessórias anteriormente concedidas à Companhia pelo Montepio Geral – Associação Mutualista e pela Caixa Económica Montepio Geral no montante global de Euros 44,6 milhões (2013: Euros 62,5 milhões)

Em 2014, a Montepio Seguros, SGPS entregou a título de prestações suplementares à Lusitania o montante de 18.000.000 euros, que poderá vir a ser convertido em capital social da Lusitania, se vier a ocorrer aumento do mesmo capital social.

Durante 2014, a Montepio Seguros alienou à BPN SGPS, a Montepio Mediação pelo preço de 1.850.000 euros, livre de qualquer encargo.

O objetivo da BPN SGPS, é fundir a Montepio Mediação na sociedade Solução detida maioritariamente pela BPN SGPS e 20,075% pela Lusitania. A Lusitania acordou converter 250.000 euros de créditos concedidos à Solução em reforço de capital. Adicionalmente, a Lusitania acordou restituir prestações suplementares no montante de 3.407.448 euros à BPN SGPS.

Por último, foi acordado entre a Real Holding, BPN SGPS e Lusitania a reestruturação do valor em dívida decorrente da venda em 2009 da Nossa Seguros. O valor em dívida à data ascende a 3.228.783 euros, incluindo juros vencidos e não pagos e juros de mora no montante de 346.928 euros (capital 2.881.856 euros).

Associação Mutualista Montepio Geral

Em 31 de dezembro de 2014, a Caixa Económica Montepio Geral subscreveu integralmente a emissão de um empréstimo obrigacionista subordinado no montante global de Euros 9.000.000, emitido pela Lusitania.

Em 2014, a Associação Mutualista Montepio Geral adquiriu a totalidade das obrigações (18.000.000 euros) à Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA, emitidas pela Lusitania, Companhia de Seguros, S.A, tendo sido integralmente reembolsadas em dezembro.

Caixa Económica – Montepio Geral

Em 31 de dezembro de 2011, a Caixa Económica Montepio Geral subscreveu integralmente a emissão de um empréstimo obrigacionista subordinado no montante global de Euros 2.500.000, emitido pela Lusitania.

Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA

A Lusitania Vida Companhia de Seguros, SA é a seguradora do ramo vida do Grupo sendo detida diretamente em 99,8% pelo Montepio Seguros, SGPS, S.A.

Em 2009, a Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., subscreveu 50% do empréstimo obrigacionista emitido pela Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA, em novembro de 2007.

Em 31 de dezembro de 2009, a Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA, subscreveu integralmente a emissão de um empréstimo obrigacionista subordinado no montante global de 18.000.000 euros, emitido pela Lusitania.

Em 2014, a Montepio Geral - Associação Mutualista adquiriu a totalidade das obrigações à Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA, emitidas pela Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.

N Seguros, SA

A N-Seguros é uma seguradora do ramo Não Vida, designadamente o ramo automóvel, que é detida a 100% pela Lusitania.

Sociedade Portuguesa de Administrações, SA (filial não consolidada)

A SPA é detida a 80,63% pela Lusitania, tendo como objeto social a administração de propriedades e a aquisição de imóveis para revenda.

Lykeion-Centro de Conhecimento, Unipessoal, Lda (filial não consolidada)

A Lykeion-Centro de Conhecimento é detida a 100% pela Lusitania, tendo como objeto social a promoção e formação em diversas áreas.

As remunerações e encargos dos Órgãos Sociais são analisadas como segue:

Nome/Cargo	2014		2013	
	Remunerações	Encargos	Remunerações	Encargos
Álvaro Cordeiro Damaso / Presidente Conselho Administração e)	-	-	-	-
Eduardo José Silva Farinha / Presidente Conselho Administração f)	-	-	-	-
José António Arez Romão / Administrador-Delegado c)	-	-	56.213	3.520
Fernando Dias Nogueira / Vice-Presidente	241.794	51.934	239.418	20.680
Artur Luís Martins / Administrador a)	208.530	46.938	183.854	18.760
Jorge José Conceição Silva / Administrador d)	-	-	153.422	13.029
Pedro Miguel Libano Monteiro / Administrador b)	60.473	15.365	27.531	6.633
Virgílio Manuel Boavista Lima / Administrador	27.720	6.996	27.720	6.995
Manuel da Costa Bráz / Presidente do Conselho Fiscal	4.500	-	4.500	-
Gabriel Mesquita Gabriel / Vogal do Conselho Fiscal	3.500	-	-	-
José Augusto Perestrelo de Alarcão Troni / Vice-Presidente do Conselho Fiscal	3.500	-	3.500	-
Fernando Vassalo Namorado Rosa / Vogal do Conselho Fiscal	-	-	3.500	-
Total	550.017	121.233	699.658	69.617

a) Iniciou funções em 15.02.2013

b) Iniciou funções em 23.07.2013

c) Cessou funções no decorrer de 2013

d) Cessou funções no decorrer de 2013

e) Cessou funções em 30.06.2014

f) Iniciou funções em 22.08.2014

Durante o exercício de 2014, a Companhia incorreu num proveito no montante de 260 milhares de euros com o plano de pensões do Conselho de Administração.

Os valores apresentados referentes aos membros do Conselho Fiscal, dizem respeito ao determinado em Comissão de Vencimentos, referente ao fecho de 2013 e que foi liquidado ou colocado à disposição em março de 2014. Os valores referentes ao exercício de 2013, que são pagos ou colocados à disposição em março de 2014, são Euros 4.500 e Euros 3.500 para o Presidente e para os restantes membros do Conselho Fiscal, respetivamente.

Os honorários com a Revisão Oficial de Contas ascenderam a Euros 135.000, em 2014, em comparação com Euros 135.000, em 2013:

Rubrica	Valor
Revisão legal das contas	97.000
Outros serviços de garantia de fiabilidade	38.000
Total	135.000

Remunerações e encargos dos Diretores (em euros):

DIRETORES - De acordo com a estrutura a 31/12/2014	2014		2013	
	Remunerações	Encargos	Remunerações	Encargos
Diretores - 14 colaboradores (16 em 2013)	1.107.887	294.588	1.206.383	305.345
Total	1.107.887	294.588	1.206.383	305.345

As operações financeiras e económicas entre as partes relacionadas podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

Designação da Contas	C.E.M.G		M.G.A.M		MONTEPIO SEGUROS, S.G.P.S.		LUS. VIDA C.S., S.A.		S.P.A, S.A.		Lykeion-C. Conhecimento		N-Seguros		Bolsimo	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Contas Activo	33.337	22.575	-	-	11.557	11.500	4.076	3.879	10.515	10.668	55	50	27.008	24.037	14.178	16.170
Depósito à ordem	6.578	6.371	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acções/Quotas	-	152	-	-	11.500	11.500	-	-	590	590	50	50	27.000	12.500	2.065	2.055
Depósitos a Prazo	15.052	5.052	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimo	-	-	-	-	-	-	-	-	9.892	10.002	-	-	-	11.500	-	-
Obrigações	11.707	11.000	-	-	-	-	4.076	3.879	-	-	-	-	-	-	12.113	14.115
D.C.D. - C/Corrente	-	-	300	-	57	-	-	-	33	76	5	-	8	37	-	-
Contas Passivo	2.500	8.500	9.000	-	44.661	62.500	-	18.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimo Subordinado	2.500	2.500	9.000	-	-	-	-	18.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestações Acess.Capital	-	-	-	-	44.661	62.500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conta Corrente Caucionada	-	6.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proveitos	4.355	505	300	-	-	-	187	502	10	14	-	-	180	327	428	445
Custos	4.837	5.042	122	-	-	-	369	174	34	34	-	-	-	-	-	-

Montepio Geral - Caixa Económica Montepio Geral
M.G.A.M. - Montepio Geral - Associação Mutualista
Montepio Seguros, S.G.P.S. S.A.
LUS. VIDA C.S., S.A. - Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A
S.P.A, S.A. - Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.

31. Compromissos

Durante o ano de 2014, os montantes registados relacionados com compromissos de locação operacional, relativos ao aluguer de viaturas sem condutor, foram os seguintes:

Entidade	2014	2013
Montepio	67.307	10.121
Multirent	-	-
GEFleet	130.795	140.450
Rentilusa	-	-
Leaseplan	462.384	520.752
Arval Service Lease	7.207	1.850
Outros	11.045	17.443
Total	678.738	690.616

A maturidade dos compromissos financeiros assumidos com contratos de aluguer operacional de viaturas sem condutor está indicada no mapa a seguir apresentado:

2014	Até 12 meses	+1 até 2 anos	+2 até 4 anos	Total
Rendas futuras	124.430	31.869	847.112	1.003.411

2013	Até 12 meses	+1 até 2 anos	+2 até 4 anos	Total
Rendas futuras	60.661	67.022	39.096	166.779

A Companhia registou ainda durante o ano de 2014, montantes relacionados com compromissos de locação operacional, relativos ao aluguer de equipamento informático, como segue:

Entidade	2014	2013
Companhia Portuguesa IBM	-	49.318
CPC Informática	-	6.931
Xerox	207.128	209.230
Iten Solutions	6.174	4.847
Outros	8.807	9.417
Total	222.109	279.742

A maturidade dos compromissos financeiros assumidos com contratos de aluguer operacional de equipamento informático está indicada no mapa a seguir apresentado:

2014	Até 12 meses	+1 até 2 anos	+2 até 4 anos	Total
Rendas futuras	159.000	159.000	238.500	556.500

2013	Até 12 meses	+1 até 2 anos	+2 até 4 anos	Total
Rendas futuras	233.531	382.574	93.722	709.826

As responsabilidades com créditos em regime de factoring ascendem em 2014 a Euros 15.610.

32. Passivos contingentes

Descrição da natureza dos passivos contingentes e, quando praticável, uma estimativa do seu efeito financeiro, uma indicação das incertezas que se relacionam com a quantia ou momento de ocorrência de qualquer exfluxo e possibilidade de qualquer reembolso.

As responsabilidades com garantias bancárias ativas em 2014 ascendiam a Euros 6.432 milhares: (i) processos fiscais Euros 5.620 milhares (ver nota 24. Imposto sobre o rendimento) e, (ii) processos de sinistros Euros 812 milhares (incluídos nas provisões para sinistros, avaliadas pelo atuário responsável).

Na sequência da aquisição da Real Seguros, a Companhia encontra-se a acompanhar e monitorar a evolução dos seguintes processos/passivos contingentes:

Processo SMN

A Real Seguros celebrou com o Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados do Banco Efisa – Dinamização e Competitividade Empresarial (Fundo), um contrato através do qual o Fundo detinha uma opção de venda à Real Seguros de 8.073 ações da SMN – Serviços Médicos Noturnos, SA (SMN), exercível entre 31 de março de 2008 e 31 de maio de 2009, por um preço a ser determinado por uma entidade escolhida por mútuo acordo. Em função da inexistência de valor económico para a SMN, é convicção da Administração da Companhia que o desenvolvimento deste processo não implicará o registo de gastos significativos para a Lusitania.

IRC de 2009 e 2010

Ver Nota 24, Imposto sobre o rendimento

Para além dos atrás mencionados e dos decorrentes da atividade de seguros, e que se encontram devidamente provisionados nas rubricas de sinistros, não há outros passivos contingentes significativos.

36. Acontecimentos após a data do balanço não descritos em pontos anteriores

Não há acontecimentos a registar

37. Outras informações

37.1. Acréscimos e diferimentos - Passivo

Indicação por natureza de acréscimo e diferimento, dos montantes reconhecidos no passivo:

	2014	2013
Receita processada antecipadamente	33.594.927	29.883.877
Remuneração de férias, subsidio de férias, outras remunerações e respectivos encargos	3.074.870	859.779
Outros acréscimos e diferimentos	1.684.422	3.241.482
Total	38.354.219	33.985.138

A rubrica Receita processada antecipadamente diz respeito a recibos já pagos pelos tomadores de seguros cujo risco ainda não se iniciou. Por esse motivo, esta receita não se encontra ainda refletida na conta de exploração da Companhia, sendo reconhecida por contrapartida de Devedores por operações de seguro direto (ver Nota 37.2).

37.2. Outros devedores por operações de seguro direto e outras operações

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os outros devedores por operações de seguros e outras operações apresentaram os seguintes valores:

	2014	2013
Devedores por operações de seguro directo	43.474.980	50.165.266
Devedores por operações de resseguro	4.863.159	9.053.206
Outros devedores	14.213.563	17.003.910
Total	62.551.702	76.222.383

A rubrica Devedores por operações de seguro direto inclui o montante de Euros 33.594.927 (2013: Euros 29.883.877), referente a receita processada antecipadamente e cuja regularização financeira já ocorreu (ver Nota 37.1).

37.3. Outros credores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os outros credores por operações de seguros e outras operações encerraram o exercício com os seguintes resultados:

	2014	2013
Credores por operações de seguro directo	8.691.703	18.450.405
Credores por operações de resseguro	4.842.656	7.764.773
Outros credores	8.794.238	10.368.732
Total	22.328.597	36.583.909

No final de 2014, a rubrica Credores por operações de seguro direto inclui o montante de Euros 5.131.054, relativo a valores a pagar a mediadores.

37.4. Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os outros rendimentos e gastos técnicos assumiram os seguintes valores:

	2014	2013
Reavaliação de imóveis de rendimento	(229.844)	(1.200.085)
Outros rendimentos / gastos técnicos	(540.195)	(74.172)
Total	(770.039)	(1.274.257)

37.5. Outros rendimentos/gastos

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os outros rendimentos e gastos registaram o seguinte:

	2014	2013
Ofertas a Clientes	(297.990)	(191.921)
Acerto de inventários	-	(312.506)
Despesas confidenciais	(4.000)	(8.220)
Valia por alienação de activos tangíveis	(1.561.088)	(427.933)
Responsabilidades com pre-refomas	-	(2.035.000)
Outros rendimentos/gastos	191.571	28.524
Total	(1.671.507)	(2.947.057)

38. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe. A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

A Companhia não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

A IFRS 10, revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: (i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e, (ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

IFRS 11 - Acordos Conjuntos

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova norma, que veio revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fossem imperativamente aplicáveis após 1 de Janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável, quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

O objectivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: (i) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; (ii) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

A Companhia analisou os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adoção das IFRS 10 e IFRS 11, não tendo tido qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de Outubro de 2012)

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a IFRS 10 entrar em vigor. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1174/2013, de 20 de Novembro.

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

IAS 36 (Alterada) - Imparidade de Ativos: Divulgação da Quantia Recuperável dos Ativos Não-Financeiros

O IASB, emitiu em 29 de Maio de 2013, a alteração em epígrafe com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 19 de Dezembro.

O objetivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos ativos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a ativos com imparidade.

IAS 39 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura

O IASB, emitiu em 27 de Junho de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1375/2013, de 19 de Dezembro.

O objetivo destas alterações foi flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a necessidade de alterar a contraparte de liquidação (*clearing counterparty*) em consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação (“novação”) que, sem a alteração ocorrida na norma, deixaria de ser permitida.

IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB emitiu, em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciassem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente desta alteração, tendo em conta que a política contabilística adotada encontra-se em linha com a orientação emitida.

IFRIC 21 – Taxas

O IASB, emitiu em 20 de Maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova interpretação define taxas (*levy*) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Esta interpretação não teve quaisquer impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

*A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:**IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados*

O IASB, emitiu em 21 de Novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014.

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (vesting)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa.

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o paragrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

IAS 16 e IAS 38 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1361/2014, de 18 de Dezembro (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Janeiro de 2015).

IFRS 1 – Conceito de “IFRS efetivas”

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

IFRS 3 – Exceções ao âmbito de aplicação para joint ventures

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – exceção de portefólios

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de portefólios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio.

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Companhia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito tiver aumentado significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9, será de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018.

Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 15 R dito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em Maio de 2014, a norma IFRS 15 R dito de contratos com clientes de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2017. A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma veio revogar as normas IAS 11 Contratos de construção, IAS 18 R dito, IFRIC 13 Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 R dito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns cr terios, o rédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adoção desta norma.

Melhoramentos  s IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de Setembro de 2014 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19, IAS 34.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IAS 27: Equity Method in Separate Financial Statements

O IASB, emitiu, em 12 de Agosto de 2014, alterações   IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

A Companhia ainda não tomou qualquer decisão sobre uma eventual adoção desta opção nas suas contas separadas.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício : 2014

Companhia : LUSITANIA Companhia de Seguros, S.A.

Anexo 1

ISIN	DESIGNAÇÃO	QUANTID.	VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	VALOR DE BALANÇO TOTAL	Juro Decorrido
PTOTEQOE0015	PGB 5.65%02/15/24		12.500.000,00	100,00	123,74	15.467.125,00	123,67	15.458.125,00	617.243,15
PTOTECOE0029	PGB 4.8 06/15/20 V		5.000.000,00	100,00	116,18	5.808.750,00	115,99	5.799.250,00	308.159,54
PTOTEROE0014	PGB 3.875%02/15/30		20.000.000,00	100,00	104,89	20.977.000,00	104,96	20.992.000,00	237.808,21
PTOTEYOE0007	PGB 3.85%04/15/21		5.000.000,00	100,00	111,16	5.558.000,00	110,86	5.543.000,00	137.123,29
PTOTECOE0029	PGB 4.8 06/15/20		11.775.360,00	100,00	88,09	10.373.313,42	91,77	10.806.484,16	130.849,31
PTOTENOE0018	PGB 4.45 06/15/18		3.750.000,00	100,00	92,30	3.461.250,00	94,22	3.533.408,08	90.981,16
PTOTENOE0021	PGB 4.95%25/10/23		10.000.000,00	100,00	118,49	11.848.700,00	118,35	11.834.500,00	90.863,01
PTCMKXE0004	C.E Montepio Geral Obrtg. Subordinadas		13.000.000,00	100,00	100,00	13.000.000,00	87,75	11.407.500,00	79.940,97
PTOTEMOE0027	PGB 4.75 06/14/19		2.250.000,00	100,00	90,38	2.033.550,00	93,30	2.099.225,49	58.561,64
PTC G25OM0029	CXGD 5.625%04/12/15		1.300.000,00	100,00	105,77	1.374.972,46	104,03	1.352.351,00	52.890,41
PTBSSGOE0009	BRCOR 6.875%04/02/2018		1.000.000,00	100,00	106,47	1.064.666,07	117,34	1.173.440,00	51.421,23
PTCFPAOM0002	CAMFER 4.17 10/19		5.500.000,00	100,00	98,83	5.435.500,00	82,30	4.526.499,40	47.755,07
XS0214398199	BACR 4.75 03/29/49		1.000.000,00	100,00	97,45	974.500,00	100,51	1.005.120,00	38.000,00
PTOTEYOE0007	PGB 3.85 04/15/21		1.000.000,00	100,00	97,88	978.800,00	86,30	862.976,90	27.530,14
XS0230315748	PARPUB 3.567 09/22/20		2.500.000,00	100,00	98,19	2.454.700,00	89,25	2.231.245,80	24.675,82
XS0256997007	ELEPOR 4 5/8 06/16		700.000,00	100,00	105,74	740.155,45	104,65	732.515,00	18.005,82
PTSDRAOE0004	SAUDCR FLT 17		900.000,00	100,00	100,02	900.140,40	99,50	895.500,00	15.455,55
PTGALJOE0008	GALP 3 01/14/21		1.100.000,00	100,00	99,30	1.092.316,37	98,30	1.081.322,00	15.369,86
PTOTE3OE0017	PGB 3.35 10/15/15		2.105.000,00	100,00	101,87	2.144.360,26	98,29	2.069.007,75	14.876,29
714910042714	Bolsimo 15 Emissao		12.100.000,00	100,00	100,00	12.100.000,00	100,00	12.100.000,00	12.817,93
PTBESWOM0013	BESPL 5.875%09/11/15		1.500.000,00	100,00	103,82	1.557.242,91	100,90	1.513.440,00	12.554,79
XS0221854200	PORTEL 4 1/2 06/16/25		500.000,00	100,00	99,63	498.150,00	98,98	494.895,00	12.267,12
PTLVAAOE0008	OBRIQ. SUB. Prazo Indeterminado LUSITANIA VIDA		5.000.000,00	100,00	100,00	5.000.000,00	81,31	4.065.700,00	9.988,89
ES00000123W5	SPGB 3.3 07/30/16		200.000,00	100,00	103,74	207.486,36	104,09	208.170,00	2.784,66
XS1069236716	SANTAN FLT 16		2.000.000,00	100,00	100,02	2.000.312,00	100,51	2.010.200,00	1.605,39
XS1057486471	VWFLOAT 04/15/19		800.000,00	100,00	100,49	803.885,38	101,06	808.488,00	1.166,98
XS0935795939	UCGIM FLT 22/01/16		300.000,00	100,00	99,96	299.887,78	100,93	302.784,00	924,58
XS0283056215	TELEFO FLT 18		600.000,00	100,00	98,11	588.631,81	99,25	595.500,00	814,27
XS1055725730	UCGIM 0 04/17		300.000,00	100,00	100,76	302.288,15	100,42	301.272,00	765,40
XS0243399556	IBSANP 0 02/20/18		500.000,00	100,00	97,80	488.993,70	97,10	485.510,00	543,08
XS0233447936	RBS FLT 11/15		1.000.000,00	100,00	99,71	997.053,25	99,69	996.860,00	535,00
XS0250907218	MONPI 0 16		250.000,00	100,00	68,69	171.718,16	87,51	218.775,00	529,82
XS1075313517	SANTAN FLOAT 17		900.000,00	100,00	100,02	900.140,40	99,38	894.420,00	314,77
XS0292269544	LLOYDS FLT 17		1.200.000,00	100,00	98,90	1.186.745,10	99,30	1.191.576,00	312,40
XS0259579547	RBS 0 01/30/17		200.000,00	100,00	100,10	200.208,00	99,58	199.164,00	293,30
XS0282583722	MS 0 01/16/17		250.000,00	100,00	100,10	250.260,00	99,94	249.850,00	268,43
XS0250971222	MS 0 13/04/16		250.000,00	100,00	99,85	249.614,33	100,12	250.305,00	266,11
XS0231555672	JPM 0 10/12/12		100.000,00	100,00	99,75	99.747,63	99,66	99.664,00	106,44
XS0249443879	BANK OF AMERICA FLT 03/28/18		2.000.000,00	100,00	98,56	1.971.107,44	98,69	1.973.700,00	102,11
PTCON4OE0005	CONSOLIDADO. Centenários - 1940 (4%)		3.930,53	100,00	57,04	2.241,97	88,00	3.458,87	78,61
XS0300196879	ISIPM FLT 05/17		250.000,00	100,00	96,64	241.587,68	98,67	246.682,50	68,38
XS1046491657	TELEFO FLT 26/03/16		500.000,00	100,00	99,92	499.577,93	100,10	500.485,00	20,25
PTCON3OE0006	CONSOLIDADO - 1943 (2,75%)		8.474,58	100,00	49,00	4.152,54	57,00	4.830,51	10,36
XS0205537581	ARGENT 1 12/38		833,00	100,00	14,26	118,75	49,00	408,17	4,80
XS0159861078	PELICAN MORTGAGES - 03/37 (CBG)		25.757,22	100,00	100,39	25.856,52	98,79	25.444,57	4,40
XS0202197694	SANTAN FLT 49		15.000,00	100,00	60,00	9.000,00	70,17	10.525,05	0,90
XS0208139244	ARGENT 0 12/15/35		1.085.833,00	100,00	14,26	154.791,50	8,15	88.495,39	0,00
XS0303074983	C 0 05/31/17		150.000,00	100,00	99,28	148.913,22	98,88	148.324,50	0,00
KYG2773C2068	DIVERSIFLED GLOBAL SECS-PREF-PERP		459.000,00	100,00	11,64	53.407,44	15,90	72.981,00	0,00
XS0203295562	GLBIR 0 10/21/14		50.000,00	100,00	0,00	0,00	0,02	8,50	0,00
XS0194805429	KAUP 0 06/30/14		239.000,00	100,00	1,00	2.390,00	0,00	2,39	0,00
XS0756990429	STROIKA FINANCE 3.1 06/19		8.833.000,00	100,00	0,39	34.132,23	0,00	0,00	0,00
920910022001	CLINICA SERV. MEDICOS COMPUTORIZADOS DE BELEM	51.465,00			4,99	256.706,34	4,99	256.706,34	0,00
921910045901	LYKEION	1,00			50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00
921910039401	NSEGUROS	1.500.000,00			18,00	27.000.000,00	18,00	27.000.000,00	0,00
921910000501	SOC. PORTUGUESA DE ADMINISTRAÇÕES (ACC)	80.632,00			7,31	589.561,17	7,31	589.561,17	0,00
921910012201	EUROMINAS (ACC)	13,00			4,99	64,83	0,00	0,00	0,00
MonteAce	MONTEPIO GEST. ATIVOS IMOB. ACE	73.491,21			1,00	73.491,21	1,00	73.491,21	0,00
921810000801	MOÇAMBIQUE - Companhia de Seguros	38.880,00			8,76	340.717,81	2,76	107.468,70	0,00
921910055401	Montepio Seguros SGPS	11.500.001,00			1,00	11.500.001,00	1,00	11.500.001,00	0,00
RESMONTE	Residências Montepio	133,33			0,25	33,33	0,25	33,33	0,00
935930050001	MERCAPITAL	45.610,00			102,54	4.676.799,23	46,16	2.105.384,97	0,00
VGG7558X1924	SIGNET	3.982,60			111,77	445.131,07	65,08	259.196,37	0,00
BXIIA10E	BARCLAYS BANK	14.200.000,00			0,15	2.191.034,44	0,01	209.343,54	0,00
922910037101	ACÁCIA BAHREIN	7.721.250,00			0,73	5.640.370,01	0,63	4.883.405,37	0,00
921910003001	AUDATEX (ACC)	100,00			249,40	24.939,90	305,77	30.577,00	0,00
ES0113056008	BANCO MARE NOSTRUM SA	104.328,00			1,79	186.292,80	1,34	139.903,85	0,00
722910042701	BOLSIMO, GESTÃO DE ACTIVOS SA	6.694,00			100,00	669.400,00	308,43	2.064.630,42	0,00
920910022101	CLINICA DE SANTA MARIA DE BELEM	69.920,00			7,54	527.363,85	6,53	456.577,60	0,00
PTEDP0AM0009	EDP (ACC)	460,00			3,11	1.429,68	3,22	1.480,28	0,00
721910048701	GALILEI	2.008.212,00			0,12	231.617,00	0,00	0,00	0,00
722910042601	GERMONT	50,00			100,00	5.000,00	32,86	1.643,00	0,00
921910024801	INTERHOTEL (ACC)	10,00			4,99	49,88	0,00	0,00	0,00
921910013001	MATUR Portador	90,00			9,98	897,84	0,00	0,00	0,00
PTMGFOAM0006	MG GESTÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS	15,00			0,00	0,00	5,00	75,00	0,00
ES0165936008	NGC BANCO	143.703,00			1,38	197.735,14	0,48	69.121,14	0,00
PTPTQDAM0009	PORTUGAL TELECOM (ACC)	453,00			2,13	965,83	0,86	389,58	0,00
921910024901	REGIS HOTEIS	471,00			21,18	9.975,96	0,00	0,00	0,00
721910048601	SLN VAL	2.625.000,00			0,10	262.500,00	0,00	0,00	0,00
PTZON0AM0006	ZON MULTIMÉDIA SGPS	63,00			4,34	273,33	5,20	327,54	0,00
GGY121000008	AEIFP	851.243,06			0,64	546.467,50	0,72	612.895,00	0,00
PTARMAME0005	ALVES RIBEIRO - MÉDIAS EMPRESAS PORTUGUESAS	1.500,00			49,88	74.819,68	45,67	68.502,90	0,00
GB0030276538	ARIS	148,98			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LUJ0220385321	EDMOND ROTHSCHILD PRIFUND	1.543,03			152,03	234.584,89	174,80	269.721,64	0,00
PTCMHIUM0015	FUNDO CEMG	499.334,00			0,93	466.453,03	0,87	434.420,58	0,00
KYG399911232	GOTTEX ABI FUND	1.980,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LUJ0296922973	NOVENERGIA	0,85			67.471,99	57.013,83	98.939,98	83.604,28	0,00
PTYSAFLM0006	SANTANDER AÇÕES PORTUGAL	2.379,00			4,24	10.082,20	21,73	51.689,96	0,00
PTYCXTHM0007	FUNDIMO	1.000,00			5,10	5.102,70	7,30	7.299,30	0,00
PTYBQAIM0007	IMOREAL	87.275,00			94,86	8.278.588,71	72,78	6.351.438,30	0,00
PTNOF0IE0006	LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO	50.000,00			5,01	250.500,00	4,41	220.500,00	0,00
IE00B06YB805	PREFE (UPS)	2.781,15			100,55	279.643,83	73,53	204.498,18	0,00
PTNOFAIM0008	VISION ESCRITÓRIOS	150.000,00			3,39	508.341,81	3,40	510.630,00	0,00
solução	Solução	16.060,00			165,01	2.650.000,00	0,00	0,00	0,00
GBR12100007	THE FINE ART II L.P.	578.054,00			0,44	251.885,83	0,55	319.973,11	0,00
GBR12100008	THE FINE ART L.P.	553.969,00			0,67	371.543,92	0,66	366.802,16	0,00
TOTAL GERAL DE TÍTULOS EM VIGOR		42.972.296,21	141.951.188,33			205.604.821,19		192.766.682,85	2.116.659,64

CERTIFICAÇÕES



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.
 Edifício Monumental
 Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
 1009-006 Lisboa
 Portugal

Telefone: +351 210 110 000
 Fax: +351 210 110 121
 Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **Lusitania Companhia de Seguros, S.A.** ("Companhia"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 452.157.337 euros, e um total de capital próprio de 46.970.044 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 15.017.218 euros), as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações dos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar n.º 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007 - R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n.º 22/2010 - R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., é uma sociedade inscrita na rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
 Capital Social 3.816.000 Euros - Pessoa
 Colectiva N.º PT 802 181 018 - inscrita na
 O.R.O.C. N.º 189 - inscrita na C.M.V.M. N.º
 8083

Membro/ista na Conservatória do
 Registo Comercial de Lisboa sob o
 N.º PT 802 181 018



- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira, constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7. À data de 31 de Dezembro de 2014, a Companhia tem passivos não registados associados a matérias fiscais que ascendem a cerca de 3.600.000 euros. Conforme referido na nota 24 do anexo, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que a Companhia não terá qualquer responsabilidade. Não obstante, em nossa opinião, consideramos que o passivo e os resultados líquidos negativos encontram-se subavaliados no montante de 3.600.000 euros.

Opinião com uma reserva

8. Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito da situação referida no parágrafo n.º 7, as referidas demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Lusitania Companhia de Seguros, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar n.º 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n.º 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

**Ênfase**

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para o facto de, conforme referido no Relatório de Gestão e evidenciado na nota 25 anexa às demonstrações financeiras, à data de 31 de Dezembro de 2014, a Companhia não cumpria com os requisitos mínimos de solvência exigidos pela regulamentação da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Relato sobre outros requisitos legais

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 30 de Março de 2015

KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Lusitania, Companhia de Seguros Seguros, SA vem apresentar o Relatório da atividade por si desenvolvida no exercício de dois mil e catorze e emitir parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do mesmo exercício.

O Conselho Fiscal acompanhou a evolução da Companhia, contactando com a Administração e os Serviços, dos quais sempre recebeu os esclarecimentos e as informações solicitados.

O Conselho Fiscal recebeu, em tempo útil, da KPMG & Associados, S.R.O.C., S.A., a comunicação a confirmar a sua independência e a declarar não ter prestado serviços adicionais, bem como a Certificação Legal das Contas, que foi formulada com um ênfase e uma reserva relativos a passivos não registados associados a matérias fiscais em que o Conselho de Administração, conforme notas 24 e 25 do Anexo, entende que a Lusitania não tem qualquer responsabilidade.

O Relatório do Conselho de Administração foi objeto de análise e verificação, podendo-se concluir que o seu conteúdo traduz de forma correta a ação desenvolvida pela Gestão e a evolução da Companhia.

No decorrer dos seus trabalhos, o Conselho Fiscal não tomou conhecimento de qualquer situação ou procedimento que violasse as disposições legais ou estatutárias em vigor.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços e a opinião constante da Certificação Legal das Contas, o Conselho Fiscal emite o seguinte Parecer:

- 1- Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício de dois mil e catorze, tendo em consideração o teor da Certificação Legal das Contas;
- 2- Que seja aprovada a Proposta de Aplicação dos Resultados apresentada pelo Conselho de Administração;
- 3- Que ao Conselho de Administração seja conferido um voto de louvor pelo seu empenho, dedicação e zelo colocados no exercício das suas funções.

Lisboa, 30 de março de 2015

O Conselho Fiscal


José Augusto Perestrelo de Alarcão Troni
Vice-Presidente


Gabriel Fernando Martins de Mesquita Gabriel
Vogal


Paula Alexandra Flores Noia da Silveira
Vogal